



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

**VILA VELHA/ES
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Unidade Agregada: Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL

**VILA VELHA/ES
MARÇO/2013**

SUMÁRIO

SEÇÃO I	8
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	8
ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	8
1.1) Identificação da Unidade Jurisdicionada	8
1.2) Finalidade e competências da Unidade Jurisdicionada	9
1.3) Organograma funcional	10
1.4) Macroprocessos finalísticos.....	13
1.5) Macroprocessos de apoio.....	17
1.6) Principais parceiros.....	20
SEÇÃO II.....	21
INTRODUÇÃO	21
SEÇÃO III	24
DESENVOLVIMENTO	24
ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	24
2.1) Informações sobre o planejamento estratégico.....	24
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	25
2.3) Análise do plano de ações referente ao exercício de 2012	26
2.4) Informações sobre indicadores institucionais da Unidade Jurisdicionada	26
2.4.1) Taxa de Conclusão Dos Inquéritos Policiais - Instaurados x Relatados.....	27
Fonte: SISCART	29
2.4.2) Do Prazo de Conclusão dos Inquéritos Policiais (Tempo de Tramitação).	29
ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	31
3.2) Avaliação do funcionamentos dos controles internos	31
3.4) Sistema de Correição	33
3.5) Cumprimento pela Corregedoria da Portaria nº 1043/2007 da CGU	34
ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	35
4.1) Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da Unidade.....	35
4.2.1) Identificação das unidades orçamentárias da UJ.....	35
4.2.2) Programação orçamentária da despesa.....	35
4.2.3) Movimentação de créditos interna e externa.....	35
4.2.4.1) Execução da Despesa Com Créditos Originários	36
4.2.4.2.1) Despesas totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	36
4.2.4.2.2) Despesas totais (correntes e de capitais) por grupo e elemento de despesa - Créditos Recebidos por Movimentação.....	37
4.2.4.2.3) Análise Crítica	38
ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	39
5.2.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	39
5.4) Utilização de suprimento de fundos e cartões de pagamento do governo federal.....	39
5.4.1) Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	39
5.4.1.1) Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos – Visão Geral	39
5.4.1.3) Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CGPF).....	40
5.4.1.4) Utilização do Cartão de Crédito Corporativo (CGPF) pela UJ	40
5.4.1.5) Prestação de contas de Suprimento de Fundos	41
5.4.1.6) Análise Crítica	41
ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	42
6.1) Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	42

6.1.1) Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	42
6.1.2) Qualificação da Força de Trabalho da UJ	43
6.1.2.1) Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Idade	43
6.1.2.2) Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Escolaridade.....	43
6.1.3) Demonstração dos custos de pessoal da UJ	44
6.1.4) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	46
6.1.4.1) Composição do Quadro de Servidores Inativos segundo o regime de proventos e de aposentadoria	46
6.1.4.2) Composição das origens das pensões pagas pela UJ	46
6.1.5) Atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação	46
6.1.6) Controles realizados para detecção da acumulação indevida de cargos públicos	46
6.1.7) Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos públicos	46
6.1.8) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	47
6.2) Terceirização de mão de obra empresa e contratação de estagiários	47
6.2.1) Informações sobre terceirização de cargos do órgão	47
6.2.2) Informações sobre substituição de terceirizados em decorrência de concurso público	47
6.2.3) Autorizações expedidas pelo MPOG para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	47
6.2.4) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela UJ	48
6.2.5) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	49
6.2.6) Composição do quadro de estagiários	50
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	51
7) Gestão de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	51
7.1) Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros.....	51
7.2) Gestão do patrimônio imobiliário próprio	52
7.2.1) Distribuição Espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	52
7.2.2) Distribuição Espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade de terceiros.....	52
7.2.3) Distribuição dos bens imóveis sob responsabilidade da UJ	53
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	54
8.1) Gestão da Tecnologia da Informação	54
ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	55
9.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	55
9.2) Consumo de papel, energia elétrica e água.....	56
ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	57
10.1) Informações sobre as providências adotadas para atender as deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno	57
10.3) Informações sobre declarações de bens e rendas.....	61
10.4) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV	63
ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	64
11.1) Informações sobre adoção de critérios estabelecidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10	64
11.2) Declaração do contador responsável pela UJ	64
ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	66
12.1) Outras informações relevantes sobre a gestão	66
12.1.1) Das ações de capacitação dos servidores da SR/DPF/ES.....	66
12.1.2) Das Atividades de polícia judiciária e administrativa da SR/DPF/ES	69
12.2) Conclusão	83

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
CIGE - Centro Integrado de Gestão Estratégica
DG – Direção Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/CIT/ES – Departamento de Polícia Federal no Município de Cachoeiro de Itapemirim
DPF/SMT/ES - Departamento de Polícia Federal no Município de São Mateus
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DRCOR – Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado
DREX – Delegacia Regional Executiva
DN – Decisão Normativa
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
NIP – Núcleo de Inteligência Policial
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PPA – Plano Plurianual
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SR/DPF/ES - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado Espírito Santo
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SETEC - Setor Técnico-Científico
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SISCART – Sistema de Controle de Atividades Cartorárias
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UTEC – Unidade Técnico-Científica

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>Quadro 1 - A.1.2 - Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Consolidado</i>	8
<i>Quadro 2 – Organograma Funcional da SR/DPF/ES (níveis Estratégico e Tático)</i>	11
<i>Quadro 3 - A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ</i>	31
<i>Quadro 4 - A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	35
<i>Quadro 5 - A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação – créditos de movimentação</i>	36
<i>Quadro 6 - A.4.15 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	37
<i>Quadro 7 - A.4.15 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	38
<i>Quadro 8 - A.5.2- Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores</i>	39
<i>Quadro 9 - A.5.8 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (Sf)</i>	39
<i>Quadro 10 - A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador</i>	40
<i>Quadro 11 - A.5.11 - Despesas Realizadas por meio por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)</i>	40
<i>Quadro 12 - A.5.12 - Prestações de contas de suprimentos de fundos (CGPF)</i>	41
<i>Quadro 13 - A.6.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ</i>	42
<i>Quadro 14 - A.6.3 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ</i>	43
<i>Quadro 15 - A.6.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (em %)</i>	43
<i>Quadro 16 - A.6.6 - Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores</i>	45
<i>Quadro 17 - A.6.7 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	46
<i>Quadro 18 - A.6.17 - Contrato de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</i>	48
<i>Quadro 19 - A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i>	49
<i>Quadro 20 - A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários na UJ</i>	50
<i>Quadro 21 - A.7.1- Distribuição Espacial dos bens imóveis da União</i>	52

<i>Quadro 22 - A.7.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....</i>	<i>53</i>
<i>Quadro 23 - A.9.1- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....</i>	<i>55</i>
<i>Quadro 24 – A.9.2- Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água</i>	<i>56</i>
<i>Quadro 25 - Resumo de determinações e recomendações sobre a regularização da terceirização de serviços</i>	<i>57</i>
<i>Quadro 26 - A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	<i>59</i>
<i>Quadro 27 - A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....</i>	<i>60</i>
<i>Quadro 28 - A.10.5 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</i>	<i>61</i>
<i>Quadro 29 - A.10.6 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos</i>	<i>63</i>
<i>Quadro 30 - A.11.2 - Declaração do Contador Responsável</i>	<i>64</i>

SEÇÃO I

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

1.1) Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - A.1.2 - Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do espírito Santo			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Espírito Santo			
Código SIORG: 000324	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200352
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(27) 3041-8001	(27) 3041-8002	(27) 3041-8030
Endereço eletrônico: gab.sres@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Vale do Rio Doce, nº 01, CEP: 29.114-105 Vila Velha/ES			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. SR/DPF/ES: Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 193, de 29/04/65, BS. 082, 05/05/65. Transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72. Elevada para Superintendência Regional pela Portaria 039/75, BS. 052/75. Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL: - Lei Complementar nº 89, de 18/02/1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007. - Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes - alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; - alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.			

- PORTARIA No. 318/2005 – DG/DPF, de 09 de agosto de 2005, que ativa a Delegacia de Polícia Federal no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo.	
- PORTARIA No. 683/00-DG/DPF, de 30 de julho de 2000, que dispõe sobre a instalação da Delegacia de Polícia Federal no município de Cachoeiro do Itapemirim/ Estado do Espírito Santo.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
A SR/DPF/ES não possui manuais e/ou publicações relacionadas às atividades da UJ.	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200352	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo (Tesouro)
200353	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo (Funapol)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200352	00001
200353	00001

1.2) Finalidade e competências da Unidade Jurisdicionada

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de

fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

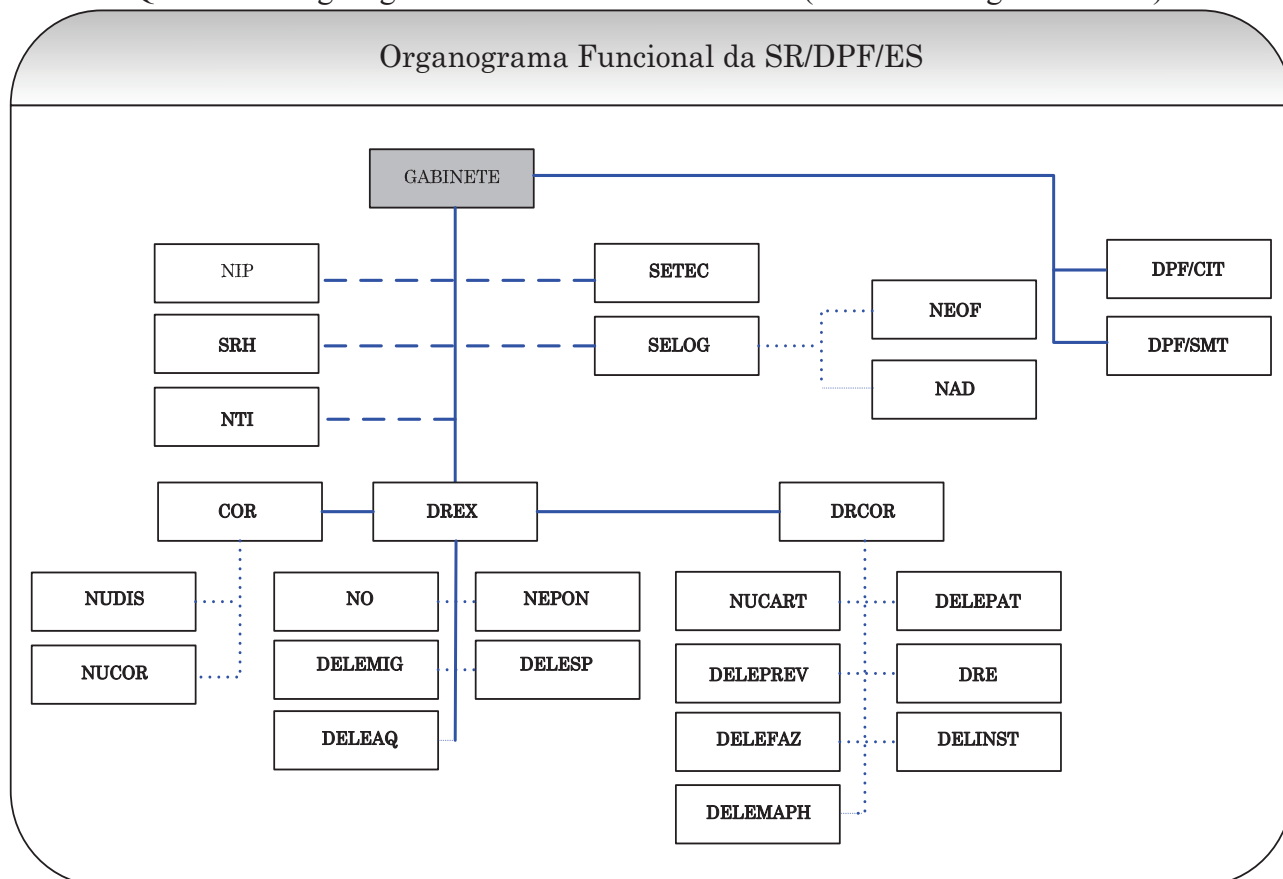
Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

1.3) Organograma funcional

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo (SR/DPF/ES) está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela sua sede, na cidade de Vila Velha - constituída por Núcleos, Setores e Delegacias Especializadas -, bem como pelas Delegacias Descentralizadas no interior do Estado: Cachoeiro do Itapemirim e São Mateus. Segue adiante o organograma da SR/DPF/ES.

Quadro 2 – Organograma Funcional da SR/DPF/ES (níveis Estratégico e Tático)



Conforme o organograma da SR/DPF/ES e o Anexo IX do Regimento Interno do DPF (Portaria nº 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011) compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, nove (09) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos e Delegacia de Polícia de Imigração - subordinadas a Delegacia Regional Executiva; e ainda, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e Tráfico de Armas, Delegacia de Repressão a Entorpecentes - subordinadas a Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado. Compõem ainda a estrutura dessa Unidade Jurisdicionada Setores e Núcleos detalhados a seguir:

I. GABINETE SR/DPF/ES

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
- d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF; e
 2. Núcleo Administrativo - NAD;

f) Delegacia Regional Executiva - DREX:

1. Núcleo de Operações - NO;
2. Núcleo de Polícia Marítima - NEPOM;
3. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
4. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
5. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;

g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:

1. Núcleo de Cartório - NUCART;
2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST; e
7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH;

h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:

1. Núcleo de Disciplina - NUDIS; e
2. Núcleo de Correições - NUCOR;

II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM; e

III - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO MATEUS.

De acordo com o artigo 20 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, compete às Superintendências Regionais do DPF, na sua área de atuação, entre outras atribuições:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais;

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob a guarda da Superintendência.

O artigo 41 do Anexo I da Portaria supra estabelece que as Superintendências Regionais são subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais. As atribuições do Superintendente Regional encontram-se previstas no art. 35.

Conforme o art. 37 do Regimento Interno do DPF, aos chefes de Delegacias incumbe, entre outras atribuições: planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação; cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e

diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, orientadoras das ações policiais e administrativas, na sua área de atuação; propor, implementar e fiscalizar a execução de planos e projetos de trabalho específicos; submeter à decisão do Superintendente Regional os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial, arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares; bem como promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, para subsidiar decisões das Superintendências Regionais e unidades centrais.

1.4) Macroprocessos finalísticos

Os principais produtos e serviços oferecidos pela SR/DPF/ES são observados nos resultados do exercício das suas atribuições institucionais, mencionadas no subitem 1.2 do presente Relatório de Gestão, com fulcro na Constituição Federal e nas citadas leis infraconstitucionais.

Sucintamente, no exercício de 2012, os macroprocessos finalísticos foram conduzidos pela SR/DPF/ES mediante a organização de operações policiais específicas voltadas à repressão da criminalidade, conforme a área de atuação, que se encontram elencadas nos Anexos do presente Relatório de Gestão.

Além disso, em 2012, destacou-se o aumento de esforços voltados à prevenção do uso de drogas, considerando a atualização de normativos internos no DPF, baseando-se no Decreto 7.179, de 20/05/10, que instituiu o “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas”. Assim, mediante a publicação da Portaria nº 600/2012, de 30/11/2012, a SR/DPF/ES instituiu o Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – GPRED, que tem por atribuição promover ações socioeducativas e palestras que visem à prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas afins, bem como divulgar a imagem da Polícia Federal em suas atividades, especialmente no que se refere ao combate à criminalidade e à prestação de serviços à população.

Segue adiante uma síntese dos principais macroprocessos finalísticos da UJ:

Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/DPF/ES

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal (para maiores desdobramentos, vide Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF e pela IN Nº 39/2010-DG/DPF).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS ¹	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
--	-------------------------------

¹ Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal, disponível em <http://intranet.dpf.gov.br/cige>. Acesso em 21 jan.2013.

Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

Delegacia Regional Executiva – DREX

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
----------------------------------	-------------------------------

Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.

Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.

Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

Setor Técnico Científico - SETEC

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

Núcleo de Inteligência Policial - NIP

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: IN nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.

1.5) Macroprocessos de apoio

Os principais macroprocessos de apoio executados pela SR/DPF/ES encontram-se sucintamente descritos no subitem 1.2 deste Relatório, com fulcro na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais retro mencionadas. Podem ser relacionados, exemplificativamente, como algumas atribuições e serviços vinculados à Delegacia Regional Executiva da Unidade Jurisdicionada: controle migratório; controle de armas; controle de empresas de segurança privada; controle de precursores químicos que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes, entre outras atividades mencionadas anteriormente.

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

Corregedoria Regional da Polícia Federal - COR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, entre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

Setor de Recursos Humanos – SRH

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: IN nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

Equipe de Treinamento e Desenvolvimento - T&D

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.

Comunicação Social

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.

1.6) Principais parceiros

Convém ressaltar as importantes cooperações com outros órgãos Federais, Estaduais e Municipais, como por exemplo, Receita Federal do Brasil, IBAMA, Banco Central, Caixa Econômica Federal e Previdência Social, bem como Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civil e Militar Estaduais, dentre outras parcerias bem sucedidas.

Contamos ainda com parcerias junto ao Ministério Público e à Justiça – tanto estadual como federal - e polícias internacionais, por meio da INTERPOL – Serviço de Cooperação Policial, visando, sempre, a melhoria contínua dos procedimentos formalizados nesta Superintendência.

Também é importante destacar a atuação conjunta desta Superintendência com a Controladoria Geral da União, cuja participação tem sido fundamental em investigações relacionadas aos desvios de recursos públicos federais, haja vista a notória especialização dos integrantes daquele Órgão de Controle nessa área.

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2012 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo (SR/DPF/ES), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, segundo os itens a relacionados na parte A (conteúdo geral, com doze itens passíveis de prestação de informações) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, bem como os de transferências mediante convênios, previstos, respectivamente, nos subitens 4.1 e 5.3 da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, são atendidos apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/ES opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação, não havendo execução de créditos originários (recebidos diretamente da Lei Orçamentária). Outrossim, a Regional também não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal. Os quadros A.4.1, A.4.2, A.4.3, A.4.4, A.4.5, A.4.6, A.4.7, A.4.8, A.4.9, A.4.10, A.4.12 e A.4.13 constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, haja vista que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Os subitens 3.1, 3.3, 5.1, 5.5, 5.6 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Os quadros A.6.8, A.6.9, A.6.10, A.6.11, A.6.12, A.6.13, A.6.14 (referentes ao subitem 6.1), bem como o quadro A.8.1 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 são informados pelo órgão central. Já em relação aos quadros A.6.15 e A.6.16, informamos que não houve, no exercício de 2012, autorização para a realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito do DPF.

As informações constantes dos quadros A.5.9, A.5.10 (alguns dados), A.6.1, A.6.4, A.6.5 e A.7.2, bem como as alíneas “c” e “g” do Item 7 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, são resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informações do DPF e na Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no Boletim de Serviço nº 242/2012, entretanto estarão à disposição dos órgãos de controle, mediante formalização de entrega dos mesmos. Convém informar que dispusemos as informações do quadro A.6.5 em forma de percentual, de modo a não comprometer o sigilo da informação relativa ao efetivo de pessoal.

Ademais, as principais realizações da gestão, no exercício de 2012, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, entre outros. Muitas foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

Foram priorizadas na SR/DPF/ES, em 2012, ações de combate ao crime organizado relacionado ao tráfico de entorpecentes e ao contrabando. As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo daquelas impostas pelo Decreto nº 7446/2011, estabelecendo limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2012, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

Para fins de análise dos dados apresentados neste Relatório, ressalta-se que a população do Estado do Espírito Santo em 2012 foi estimada em 3.578.067 (três milhões, quinhentos e setenta e oito mil e sessenta e sete) pessoas e a área territorial do Estado é de 46.095,583km², distribuídos entre 78 (setenta e oito municípios); e contou com um PIB per capita acima da média brasileira (R\$ 19.766,33) no ano de 2010, ocupando a 6ª posição entre as outras unidades da Federação, segundo dados colhidos junto ao IBGE e ao Instituto Jones dos Santos Neves.

O Espírito Santo encontra-se em uma posição geográfica estratégica, o que facilita seu desenvolvimento. No litoral do Sudeste brasileiro, próximo aos grandes centros de produção e consumo do país, fazendo divisas com os estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e com o oceano Atlântico. Possui um dos maiores complexos portuários da América Latina, que é responsável por cerca de 14,34% do valor exportado e por 7,14% do valor importado pelo país, movimentando, num total, em torno de 45% do PIB Estadual; é também servido por uma ampla malha rododotferroviária, que favorece o recebimento de matérias-primas e insumos e facilita o escoamento dos produtos acabados.

A rodovia BR-262 que parte de Vitória, alcançando Mato Grosso do Sul, constituindo-se na principal via rodoviária de escoamento do Corredor de Transporte Centro Leste de Exportação e Importação formado pela integração de portos capixabas com rodovias e ferrovias, principalmente com a estrada de ferro Vitória-Minas, com o objetivo de exportar parte da produção agrícola e industrial dos estados consorciados do corredor, a maioria sem litoral (MG, GO, DF, TO, MS e MT).

Cabe ressaltar que o Estado do Espírito Santo é considerado a segunda maior província petrolífera do país, se destacando também, na produção de gás natural, e com isso a indústria de petróleo no Espírito Santo tem gerado um grande volume de recursos oriundos do pagamento de royalties aos municípios nos quais estão localizados os campos produtores e as instalações das empresas.

Destaca-se que a base econômica deste Estado é bem diversificada e movimentada também negócios das cadeias produtivas da siderurgia e mineração, celulose e rochas ornamentais, agronegócio, principalmente com a produção de café e com a fruticultura, os segmentos metalmeccânicos, moveleiro, confecções, construção civil, alimentos, dentre outros.

A circunscrição da SR/DPF/ES conta com (vinte e cinco) municípios; a Delegacia de São

Mateus – DPF/SMT/ES conta com 23 (vinte e três) municípios e a Delegacia de Cachoeiro de Itapemirim- DPF/CIT/ES conta com 30 (trinta) municípios, conforme Portaria nº 2099/2011-DG/DPF, de 15 de fevereiro de 2011, publicada no Boletim de Serviço nº 033, de 16/02/2011.

Os planos e projetos para o exercício de 2013 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, visando o fiel cumprimento das suas missões, bem como a preparação para a segurança de grandes eventos, cujo planejamento e execução também contará com o apoio da Polícia Federal.

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

2.1) Informações sobre o planejamento estratégico

Cumpra esclarecer que a análise do Plano Estratégico do Departamento de Polícia Federal está a cargo da unidade central e comporá o Relatório de Gestão daquela Unidade Jurisdicionada.

No entanto, a SR/DPF/ES buscou delinear as metas desta UJ em consonância com as diretrizes e os objetivos do Plano Estratégico do DPF, visando a unicidade das ações, a melhoria da gestão e, conseqüentemente, resultados mais mensuráveis e eficientes.

O DPF tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico, no período de 2007 a 2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica. A partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para um novo período de abrangência, de 2010 a 2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:

I - Histórico;
II - Negócio;
III - Missão;
IV - Visão;
V - Valores;
VI - Fatores Críticos de Sucesso;
VII - Políticas Corporativas;
VIII - Macro Objetivos;
IX - Objetivos Institucionais; e
X - Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:

I - Objetivos Institucionais; e
II - Ações Estratégicas.

- Mapa Estratégico, composto de:

I - Missão;
II - Visão;
III - Perspectivas;
IV - Macro Objetivos;
V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e

VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

- I – Orçamento e Finanças;
- II – Aprendizado e Crescimento;
- III – Processos Internos; e
- IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico, vinculados ao Plano Plurianual 2012-2015 (cujos programas, ações e iniciativas serão também detalhados no subitem 4 do presente Relatório de Gestão):

a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

b) Valorizar o Servidor

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

c) Reduzir a Criminalidade

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

d) Promover a Cidadania

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

e) Incrementar os Acordos e Parcerias

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Superintendência Regional do DPF no ES atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca

realizar ações coordenadas, para o melhor cumprimento de suas atribuições constitucionais, legais e normativas. As Delegacias Descentralizadas no Estado operam em consonância com a Superintendência em Vila Velha e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/ES opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2012, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF no Espírito Santo atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e armas, ações contra abigeato, fraude a licitações, lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias na recepção dos aeroportos, postos de fronteira e no atendimento a estrangeiros.

2.3) Análise do plano de ações referente ao exercício de 2012

A SR/DPF/ES, no exercício de 2012, não foi contemplada com metas individuais no Plano de Metas e Ações do Departamento de Polícia Federal, as quais foram coordenadas pelas Diretorias das Unidades Centrais do DPF, nas respectivas áreas de atuação.

2.4) Informações sobre indicadores institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos índices apresentados (taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), encontram-se em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, os quais melhor retratem a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto “CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022)”. Esse documento foi a diretriz utilizada pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo, foi realizada reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Salienta-se que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, a seguinte: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial." Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

Pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

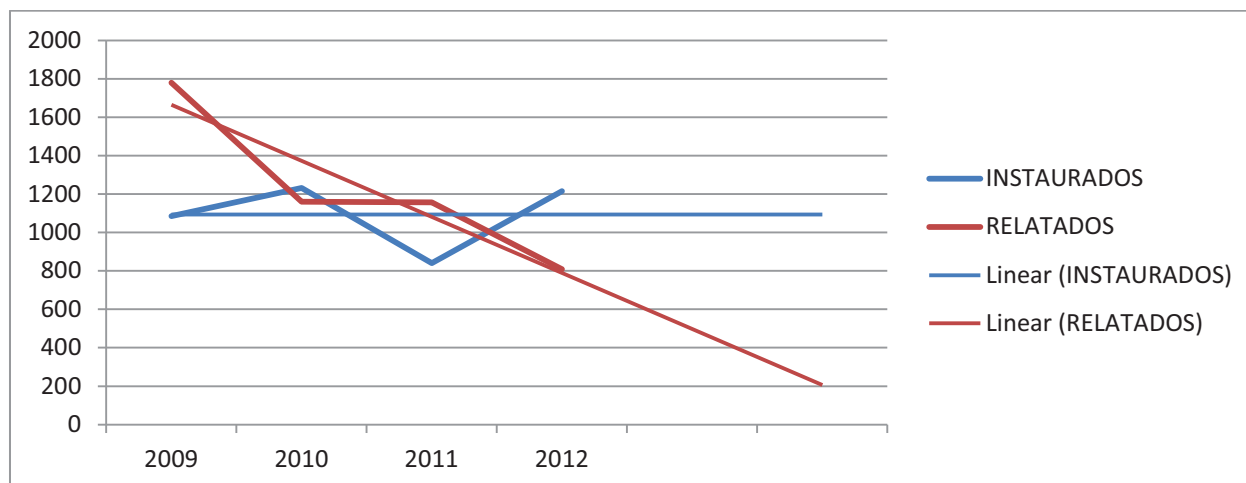
Para a análise dos resultados alcançados pela SR/DPF/ES, convém ressaltar que há um indicador institucional, em consonância uma das metas previstas no Programa Finalístico 2070 (Segurança Pública com Cidadania): a “Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais”, cujos resultados, metodologia de cálculo e análises encontram-se abordados no subitem 2.4.1 do presente Relatório. Adiante, retrata-se a pertinência da utilização do referido indicador, bem como de outros indicadores regionais.

2.4.1) Taxa de Conclusão Dos Inquéritos Policiais - Instaurados x Relatados

No que diz respeito à instauração e conclusão de inquéritos policiais, os indicadores possuem resultados insatisfatórios. O índice dos inquéritos instaurados subiu rapidamente e caíram significativamente os de inquéritos relatados. Com isso a projeção não é boa, porquanto a linha de eixo de inquéritos relatados é muito superior ao de relatados. Não obstante, necessário considerar dois fatores preponderantes ocorridos em 2012: o ano eleitoral, o que normalmente eleva os índices de inquéritos instaurados e a greve de algumas categorias da Polícia Federal.

Senão vejamos.

SR/DPF/ES			
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE		
	2010	2011	2012
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	916	546	864
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS	832	777	548
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	1364	1133	1171
PROPORÇÃO RELATADOS/INSTAURADOS %	90,82	142,30	63,42
DPF/SMT/ES			
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE		
	2010	2011	2012
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	133	149	149
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS	132	156	107
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	115	99	158
PROPORÇÃO RELATADOS/INSTAURADOS %	99,2%	104,7%	71,81
DPF/CIT/ES			
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE		
	2010	2011	2012
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	183	146	202
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS	196	224	154
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	243	165	210
PROPORÇÃO RELATADOS/INSTAURADOS %	107,1	153,4	76,23
TOTAL			
CONSOLIDADO (SR/DPF/ES / DPF/CIT / DPF/SMT)			
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE		
	2010	2011	2012
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	1232	841	1215
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS	1160	1157	809
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	1722	1397	1539
PROPORÇÃO RELATADOS/INSTAURADOS %	94,15	166,11	66,58



Fonte: SISCART

Quanto às atividades de Polícia Judiciária propriamente ditas, especialmente ligadas à instrução dos inquéritos policiais ordinários, os resultados não foram satisfatórios. Todos os principais índices tiveram queda em relação a 2011, assim como as projeções estimadas seguem a mesma tendência. Parece óbvio que o movimento paredista contribui para tanto. Porém, parece que são necessários ajustes nas três unidades da Polícia Federal no Espírito Santo, a fim de exigir das Autoridades Policiais e suas equipes maior objetividade em busca da conclusão dos inquéritos policiais.

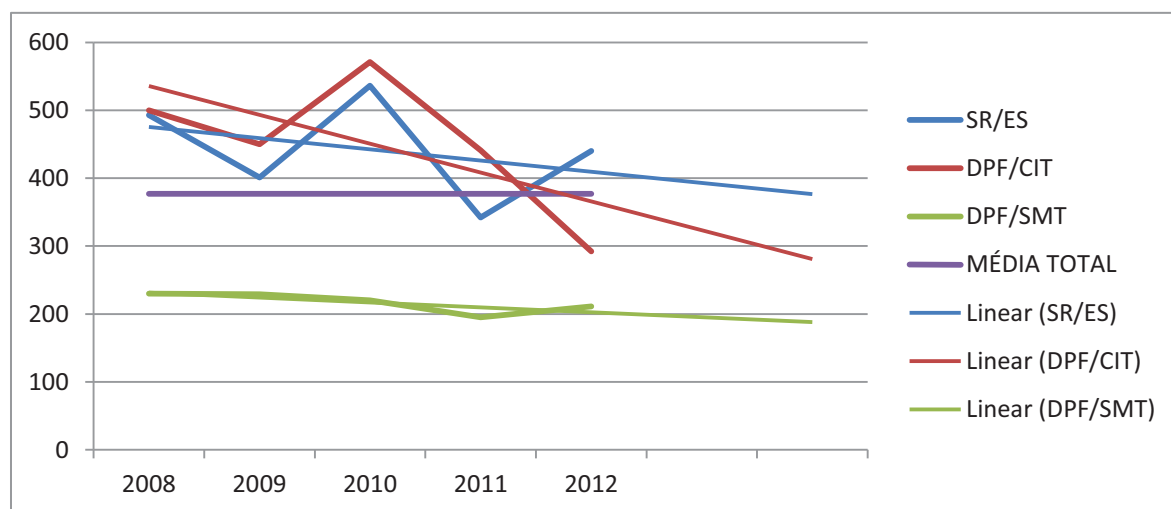
2.4.2) Do Prazo de Conclusão dos Inquéritos Policiais (Tempo de Tramitação).

Outro indicador importante utilizado pela COGER e constante no PPA, diz respeito ao tempo de tramitação dos inquéritos policiais nesta unidade gestora, instaurados por portaria – os instaurados mediante Auto de Prisão em Flagrante tem tramitação muito mais célere -.

Conforme a própria COGER divulgou (até 2011), os dados estão assim consolidados. Em relação aos dados de 2012 a coleta ocorreu conforme os parâmetros expostos no item 2 acima.

UNIDADE	QUANTIDADE (Dias)												
	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	Média Total
SR/DPF/ES	440	342	536	401	493	516	501	433	599	527	553	363	475
DPF/CIT/ES	292	441	571	450	500	469	483	340	215	231	173	119	357
DPF/SMT/ES	211	195	220	229	230	236	-	-	-	-	-	-	220
MÉDIA ANUAL	314	326	442	360	408	407	492	387	407	379	363	241	377

Em termos de evolução gráfica.



Em relação ao tempo de tramitação dos feitos na DPF/SMT/ES os valores estão dentro da média histórica e com leve tendência de queda na projeção linear.

No que diz respeito a DPF/CIT/ES, houve uma efetiva diminuição do tempo de tramitação dos feitos, mesmo em período eleitoral. Foi um bom trabalho realizado pela equipe daquela unidade.

Em termos gerais a SR/DPF/ES segue com projeção estimada para 2014, pouco inferior à média histórica. Mas o resultado do ano foi muito aquém do esperado, com aumento significativo do tempo de conclusão dos inquéritos policiais.

ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

3.2) Avaliação do funcionamentos dos controles internos

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo não possui Unidade de Controles Internos que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Assessoria de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal, pela Controladoria-Geral da União, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Assim, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente no Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade.

O quadro abaixo visa demonstrar a percepção da própria unidade jurisdicionada, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos da Regional, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência (*compliance*) às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

Quadro 3 - A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Análise Crítica:

Por se tratar de uma UJ “pequena”, bem estruturada e organizada, suas rotinas, procedimentos, atividades, etc. são desenvolvidas de forma eficaz, não tendo sido observados ao longo de sua existência, desvio de recursos, má gestão, ou qualquer outro evento incompatível com o bom e regular emprego dos recursos públicos.

Escala de valores da Avaliação:

*(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.*

*(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.*

*(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.*

*(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.*

*(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.*

Fonte: SELOG/SR/DPF/ES

3.4) Sistema de Correição

O Sistema de correição da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo é realizado pela Corregedoria Regional, composta também pelo Núcleo de Correições e Núcleo de Disciplina. A Portaria nº 2877/2011 do Ministério da Justiça, que aprova o Regimento Interno da Polícia Federal, dispõe sobre a natureza, competência e estrutura organizacional do DPF e, em seu anexo IX, apresenta na estrutura da Superintendência do Espírito Santo a sua Corregedoria Regional, abarcando seus núcleos ora mencionados.

As atividades desenvolvidas pela Corregedoria Regional são descritas a seguir, de forma sucinta:

A Corregedoria Regional é responsável pelo recebimento das notícias de infrações penais de competência do DPF e seu cadastramento, notícias de infrações penais ou administrativas cometidas por servidores do DPF, apreciação dos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias e encaminhamento ao Superintendente Regional, coleta de dados estatísticos das atividades de polícia judiciária e disciplinar, fiscalização e orientação às autoridade policiais e delegacias descentralizadas quanto à correta interpretação e cumprimento das atividades de polícia judiciária e disciplinar. O Corregedor Regional também compõe o Conselho Regional de Polícia, entidade consultiva destinada a orientar as atividades policiais e administrativas no âmbito da Superintendência e a opinar nos assuntos de relevância institucional, conforme disposto no artigo 21 do Regimento Interno do DPF.

O Núcleo de Correições é responsável pelo planejamento e execução das atividades relacionadas aos procedimentos correicionais, acompanhamento e controle dos prazos dos procedimentos policiais em trâmite e daqueles que devam ser instaurados, bem como pela compilação dos dados estatísticos de produção, quando necessário.

O Núcleo de Disciplina é responsável pela coordenação das atividades relacionadas aos procedimentos administrativos disciplinares, bem como a análise do seu conteúdo, a fim de que

atendam de forma satisfatória aos seus objetivos e cumpram as formalidades exigidas pelas normas que regem tais procedimentos.

Podemos citar alguns dos resultados alcançados pela Corregedoria Regional durante o ano de 2012: foram correicionados aproximadamente 780 procedimentos policiais durante as correições ordinárias, assim como os livros cartorários e os bens apreendidos desta Superintendência e das Descentralizadas. No âmbito do Núcleo de Disciplina, foram instauradas 10 sindicâncias investigativas. De tal modo, infere-se que as atividades desenvolvidas pela Corregedoria Regional estão contribuindo de forma significativa para o aperfeiçoamento das atividades inerentes aos procedimentos policiais e pelo aprimoramento da conduta ética dos servidores desta Superintendência.

3.5) Cumprimento pela Corregedoria da Portaria nº 1043/2007 da CGU

Esta Corregedoria Regional informa que atua em consonância como os preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União-CGU, acerca dos registros das informações relativas aos processos disciplinares no sistema CGU-PAD, com a observância do disposto na Mensagem nº 156/2008-CODIS-COGER que prevê a inclusão dos procedimentos iniciados após a data da publicação da referida Portaria (24/07/2007).

ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

4.1) Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da Unidade

Os quadros A.4.1, A.4.2, A.4.3, A.4.4, A.4.5, A.4.6, A.4.7, A.4.8, A.4.9, A.4.10, A.4.12 e A.4.13, não são de responsabilidade desta UJ, tendo em vista que as informações apresentadas nesses quadros referem-se à execução de despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação. Assim, apenas o órgão central e unidades que foram citadas explicitamente no PPA que se encontrem na situação prevista no primeiro parágrafo devem preenchê-los.

As informações de programação orçamentária da despesa e movimentação de créditos não se aplicam a unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não da Unidade Executora.

4.2) Informações sobre a execução orçamentária e financeira das despesas realizadas pela Unidade

4.2.1) Identificação das unidades orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 NÃO É DE RESPONSABILIDADE DESTA UJ

4.2.2) Programação orçamentária da despesa

QUADROS A.4.8, A.4.9 E A.4.10 NÃO É DE RESPONSABILIDADE DESTA UJ

4.2.3) Movimentação de créditos interna e externa

Quadro 4 - A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	200336	200352	06122211220000001			52.951,54
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI Operacional

4.2.4.1) Execução da Despesa Com Créditos Originários

QUADRO A.4.12 NÃO É DE RESPONSABILIDADE DESTA UJ

4.2.4.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1) Despesas totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro 5 - A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação – créditos de movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	5.306.524,31	4.465.988,40	5.279.276,13	4.465.988,40
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	349.031,29	348.895,69	343.205,29	348.895,69
h) Inexigibilidade	687.633,68	582.953,49	679.803,68	580.990,49
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	124.447,00	157.440,84	124.447,00	157.440,84
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	5.292,56	0,00	5.292,56	0,00
k) Diárias	1.415.568,21	1.323.462,68	1.401.377,56	1.320.431,63
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	1.415.568,21	1.323.462,68	1.401.377,56	1.320.431,63

Fonte: SIAFI Gerencial; valores em R\$1,00

OBS.: As despesas referentes a pagamento de pessoal (em folha) são informados pela CRH/DGP/DPF.

4.2.4.2.2) Despesas totais (correntes e de capitais) por grupo e elemento de despesa - Créditos Recebidos por Movimentação
 Quadro 6 - A.4.1.5 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1-Despesas de Pessoal								
08 Outros Benefícios Assistenciais	5.292,56	79.728,28	5.292,56	79.728,28	0,00	0,00	5.292,56	79.728,28
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
14 Diárias - Pessoal Civil	2.077.736,69	1.323.462,68	2.077.736,69	1.323.462,68	0,00	0,00	2.077.162,53	1.320.431,63
30 Materiais De Consumo	705.801,00	878.389,82	623.436,63	648.363,54	82.364,37	230.026,28	621.383,45	648.363,54
33 Passagens E Despesas Com Locomoção	227.479,98	228.744,59	212.845,09	160.459,84	14.634,89	68.284,75	212.845,09	160.459,84
36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	56.500,00	96.500,00	56.500,00	96.500,00		0,00	56.500,00	96.500,00
37 Locação De Mão-De-Obra	3.432.522,09	2.687.077,11	3.126.399,67	2.295.261,76	306.122,42	391.815,35	3.126.399,67	2.295.261,76
39 Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	2.654.511,09	2.662.095,58	2.321.065,35	1.959.714,88	333.445,74	702.380,70	2.321.065,35	1.959.714,88
47 Obrigações Tributárias E Contributivas	23.022,40	20.369,25	16.647,78	14.867,32	6.374,62	5.501,93	16.647,78	14.867,32
92 Despesas De Exercícios Anteriores	113.782,67	244.224,81	113.782,67	243.999,44	0,00	225,37	113.782,67	243.999,44
93 Indenizações e Restituições	391.240,59	784.762,01	387.210,53	676.220,46	4.030,06	108.541,55	387.210,53	676.220,45
TOTAIS	9.687.889,07	9.005.354,13	8.940.916,97	7.498.578,20	746.972,10	1.506.775,93	8.938.289,63	7.495.547,14

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 7 - A.4.15 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4- Investimentos								
409052- Equip. e material permanente	364.550,64	589.795,77	109.572,91	396.421,77	254.977,73	193.374,00	84.377,91	396.421,77
Totais	364.550,64	589.795,77	109.572,91	396.421,77	254.977,73	193.374,00	84.377,91	396.421,77

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.2.3) Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas: As metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, constantes no SIOP, são aquelas consolidadas para todo o DPF e acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central.

Ações que apresentaram problemas de execução: Esta UJ não obteve alterações nas suas cotas orçamentárias, impactando sobremaneira na concretização das demandas apresentadas.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Foi realizado significativo esforço por parte do Setor de Administração e Logística Policial (SELOG) da UJ, durante todo o exercício de 2012, visando adequar as demandas da Regional às disponibilidades orçamentárias.

Ações Prioritárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias: Quando não houve contingenciamentos e atrasos nos repasses de recursos, a execução realizada e a prevista (conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias) transcorreu normalmente.

Contingenciamento no exercício:

Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária: O contingenciamento de crédito prejudicou o acréscimo de serviços conforme demanda da UJ. Além disso, as cotas orçamentárias distribuídas não foram suficientes para cumprir com os contratos de duração continuada, em especial, quanto às repactuações de serviços terceirizados. Assim sendo, foi realizada economia de despesas, corte de gastos para fins de não ultrapassar o valor das cotas e encerrar o exercício financeiro sem dívidas para o exercício seguinte.

Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária: Visando atender metas de contenção de despesas, houve uma significativa economia nos limites de gastos da unidade orçamentária.

ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

5.2.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 8 - A.5.2- Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	4.635,57	638,60	4.635,57	
2010	44.597,67	-	44.597,67	
2009	96.036,22	-	95.836,22	
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.688.787,13	611.868,49	1.173.274,70	1.934,45
2010	1.183.594,33	127.103,90	1.046.918,76	-
2009	1.577.078,06	47.189,27	1.372.344,51	-

Fonte: SIAFI Operacional

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

5.4) Utilização de suprimento de fundos e cartões de pagamento do governo federal

5.4.1) Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1) Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro 9 - A.5.8 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (Sf)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 200353					
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF				

Fonte: SIAFI Operacional

Observação: A SR/DPF/ES não executa despesas por Suprimentos de Fundos de Contas tipo B.

5.4.1.3) Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CGPF)

Quadro 10 - A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 200353		Limite de Utilização da UG		
Portador	Valor do Limite Individual	Valor		Total
		Saque	Fatura	
MARLON KLEIN RAMOS	3.000,00	0,00	497,50	497,50
REGINA LENG RUBER DA SILVA	8.000,00	1.452,06	5.461,76	6.913,82
DARCI RIGO	6.000,00	5.179,80	7.688,28	12.868,08
MARCOS TADEU ANDERSON MONTEIRO	8.000,00	37,50	4.291,11	4.328,61
SR/DPF/ES – Sigiloso	32.000,00	96.785,56	2.428,23	99.213,79
Total Utilizado pela UG		103.454,92	20.366,88	123.821,80
Total Utilizado pela UJ		103.454,92	20.366,88	123.821,80

Fonte: SIAFI Operacional

5.4.1.4) Utilização do Cartão de Crédito Corporativo (CGPF) pela UJ

Quadro 11 - A.5.11 - Despesas Realizadas por meio por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	138	103.454,92	29	21.739,85	24.168,08
2011	11	2.127,00	10	11.977,72	14.104,72
2010	41	12.405,00	29	20.774,10	33.179,10

Fonte: SIAFI Operacional

Observação: No exercício de 2012 estão incluídos as quantidades e os valores utilizados também com suprimentos de fundos de caráter sigiloso.

5.4.1.5) Prestação de contas de Suprimento de Fundos

Quadro 12 - A.5.12 - Prestações de contas de suprimentos de fundos (CGPF)

Suprimento de Fundos														
	Conta Tipo "B"						CPGF							
	2012			2011			2010			2011			2010	
	Qtd.	Valor		Qtd.	Valor		Qtd.	Valor		Qtd.	Valor		Qtd.	Valor
Situação														
PC não Apresentadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	14	160.360,00	14	196.500,00	21	285.200,00		

Fonte: SIAFI Operacional

*NA: não se aplica.

5.4.1.6) Análise Crítica

Nada digno de registro. Todos os 14 suprimentos de fundos concedidos no âmbito da SR/DPF/ES tiveram as prestações de contas aprovadas em 2012.

ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

6.1) Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 (Resguardado por sigilo conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69, de 14 de dezembro de 2012, publicado no BS 242).

6.1.1) Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 13 - A.6.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	01
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	01
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) – Cessão sem ônus	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	01
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	07
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	04
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	02
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	01
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	01
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	01
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	01
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	11

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12.

6.1.2) Qualificação da Força de Trabalho da UJ

Quadro 14 - A.6.3 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		04		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas		23	02	
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		23	02	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		27	02	

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12.

6.1.2.1) Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (Resguardado por sigilo conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69, de 14 de dezembro de 2012, publicado no BS 242).

6.1.2.2) Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Escolaridade

Quadro 15 - A.6.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (em %)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo					16%	76%			
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira					16%	76%			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1, %			
2.3. Funções Gratificadas						7%			
3. Totais (1+2)					16%	84%			
<u>LEGENDA</u>									
<u>Nível de Escolaridade</u>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12.

6.1.3) Demonstração dos custos de pessoal da UJ

Excepcionalmente, os custos de recursos humanos foram informados pelo Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/ES nos valores totais, posto que outros dados pormenorizados, quais sejam, detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, custos por cada servidor cedido ou comissionado, entre outros, são apurados de forma centralizada, pela CRH/DGP/DPF. Da mesma forma, a composição do quadro de recursos humanos desta Unidade Jurisdicionada por faixa etária e por nível de escolaridade é acompanhada pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF, cujo Relatório de Gestão deverá apontar tais dados. Providências estão sendo adotadas, mediante aperfeiçoamento dos sistemas de acesso às informações de recursos humanos, visando, em breve, ao compartilhamento de mais dados pelo Órgão Central com outras Unidades Jurisdicionadas do DPF.

Quadro 16 - A.6.6 - Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012	NA								NA
	2011									
	2010									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão										
Exercícios	2012									44.498.919
	2011	39.647.603	841.669	126.717	1.121.326					41.737.315
	2010	39.574.683	1.131.384	130.977	1.158.346					41.995.390
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2012									250.874
	2011	352.528								350.528
	2010	140.681								140.681
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2012	NA								NA
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2012	1.097.857								1.183.603
	2011	849.401								921.360
	2010	906.401								993.537
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2012	7.748.166			82.822					7.855.360
	2011	7.408.361			76.991					7.589.991
	2010	8.737.209			79.918					8.919.202

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPE/ES – situação em 31/12
NA: não se aplica.

6.1.4) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

6.1.4.1) Composição do Quadro de Servidores Inativos segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro 17 - A.6.7 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	163	07
1.1 Voluntária	132	07
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	31	
1.4 Outras		
2. Proporcional	09	
2.1 Voluntária	05	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	04	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	172	07

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/ES – situação em 31/12

6.1.4.2) Composição das origens das pensões pagas pela UJ

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Informações serão prestadas pela CRH/DGP.

6.1.5) Atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação

Informações serão prestadas pela CRH/DGP.

6.1.6) Controles realizados para detecção da acumulação indevida de cargos públicos

Não há no âmbito desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo controle interno para verificar esta acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

6.1.7) Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos públicos

Informações serão prestadas pela CRH/DGP.

6.1.8) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Esta Superintendência de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo não possui indicadores gerenciais para recursos humanos. Neste contexto, em regra, indicadores parametrizados podem ser informados pela Direção Geral ou Órgão Central. Seguem alguns dados adicionais abaixo.

Considerações gerais

- Absenteísmo - Não há indicadores estatísticos detalhados no Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/ES sobre o absenteísmo de servidores. Possuímos um controle de ponto eletrônico o qual resulta em um relatório de frequência, controlado pelas chefias.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais - No decorrer de 2012 foram instaurados pela Corregedoria Regional 03 (três) procedimentos especiais de acidente em serviço na SR/DPF/ES; sendo que 02 (dois) foram homologados junto à Coordenação de Recursos Humanos/DGP/DPF e não houve caracterização de acidente de trabalho, e 01 (um) aguarda cumprimento das diligências requisitadas. Não há registro de serviços com Doenças Ocupacionais.

- Rotatividade (*turnover*) – Encontra-se em desenvolvimento pela DGP relatório de análise da Rotatividade de pessoal.

- Educação Continuada - A DGP pretende elaborar relatório gerencial que demonstre a quantidade de cursos disponibilizados e aqueles efetivamente realizados.

- Disciplina – A Corregedoria Regional, através do Núcleo de Disciplina é responsável pela coordenação das atividades relacionadas aos procedimentos administrativos disciplinares. Em 2012, foram instaurados 0 (zero) Procedimentos Administrativos Disciplinares e 10 (dez) sindicâncias investigativas. Ademais, a Corregedoria realizou, em três unidades desta Unidade Jurisdicionada, 780 correições ordinárias.

6.2) Terceirização de mão de obra empresa e contratação de estagiários

6.2.1) Informações sobre terceirização de cargos do órgão

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional.

6.2.2) Informações sobre substituição de terceirizados em decorrência de concurso público

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizado.

Há perspectivas da realização de concurso público, avalizada pela Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF, a fim de preencher vagas para o cargo de Agente Administrativo, porém ainda é aguardada autorização do Ministério do Planejamento. Assim, no exercício de 2012, não houve autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para a substituição de funcionários terceirizados do DPF.

6.2.3) Autorizações expedidas pelo MPOG para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.

Item respondido no quadro A.6.15

6.2.4) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela UJ
Abaixo o Quadro A.6.17

Quadro 18 - A.6.17 - Contrato de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo													
UG/Gestão: 200352/0001				CNPJ: 00.394.494/0025-03									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores				Sit.		
					Início	Fim	P	C	P	C		M	S
2011	L	O	08285.002993/2011-88	00.482.840/0001-38	01/04/2011	31/12/2013		X				P	
2011	V	O	08285.008462/2009-84	08.944.765/0001-91	01/01/2011	31/12/2013			X			P	
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/ES

6.2.5) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão
Quadro 19 - A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo													
UG/Gestão: 200352/0001				CNPJ: 00.394.494/0025-03									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C	M		S
2011	8	O	08285.01760/2010-31	30.964.795/0001-19	01/01/2011	31/12/2013					X		P
2011	4, 5 e 12	O	08285.017591/2011-88	05.261.183/0001-12	01/01/2012	31/12/2013		X			X		P
2011	3	O	08285.017197/2010-69	03.354.844/0001-29	01/01/2011	31/12/2013					X		P
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras (Digitadores)													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/ES

6.2.6) Composição do quadro de estagiários

Quadro 20 - A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários na UJ

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	08	08	07	06	45.494.
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	08	08	07	06	
2. Nível Médio	04	09	09	08	36.029.
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	04	09	09	08	
3. Total (1+2)	12	17	16	14	81.523.

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/ES

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

7) Gestão de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1) Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

A seguir, segue um resumo dos principais aspectos relacionados à frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

A legislação que regula a utilização de uso de viatura é o Decreto Federal de nº 6403, de 17 de março de 2008, a portaria do Ministério da Justiça é de nº 3961, de 24 de Novembro de 2009 e a Instrução Normativa é de nº 003, de 15 de Maio de 2008 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Imprescindível na mobilidade em investigações e operações policiais, bem como em serviços diversos de apoio administrativo.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

Resguardado por sigilo conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69, de 14 de dezembro de 2012, publicado no BS 242.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

A média de quilometragem das viaturas do grupo de representação foi entre 3.000 km a 5.000 km. A média de quilometragem do grupo de viaturas ostensivas foi entre 500 km a 1.000 km, tendo em vista que as mesmas são usadas, na maioria das vezes, em grandes operações. A média de quilometragem do grupo de viaturas para o apoio policial foi entre 10.000 km a 15.000 km.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

A idade média da frota das viaturas do grupo de representação foi de 3 anos. A idade média da frota das viaturas do grupo de ostensivas foi de 4.5 anos. A idade média da frota das viaturas do grupo de apoio policial foi de 4.5 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Despesas	Valores em R\$
Total consumo de combustível	317.343,55
Total com manutenção geral e revisões periódicas (serviços e peças)	245.467,81
Total de gastos com pneus	1.673,20
Total de despesas com seguros e licenciamentos	23.617,60
Total geral no exercício de 2012	588.102,16

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição da frota e decisão sobre locação de viaturas é de inteira responsabilidade da sede do DPF. Sendo assim, de praxe, as viaturas são adquiridas e distribuídas de modo centralizado pela sede para todas as unidades da Polícia Federal no Brasil, e com vistas à substituição das viaturas com mais de cinco anos de uso.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Centralizado na sede em Brasília (DLOG/DGP);

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

A Superintendência utiliza o software de controle de manutenção preventiva e de quilometragem de viaturas denominado Sistema de Gerenciamento Policial (**Sigepol**), que é alimentado diariamente pelos funcionários desta Superintendência, usa também o sistema integrado de apoio à gestão (**Siag/Valecard**) que é utilizado para controle de abastecimento de viaturas.

7.2) Gestão do patrimônio imobiliário próprio

7.2.1) Distribuição Espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

Quadro 21 - A.7.1- Distribuição Espacial dos bens imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF Espírito Santo	5	5
	município Vitória	1	1
	Município Vila Velha	2	2
	Município Cachoeiro de Itapemirim	1	1
	Município São Mateus	1	1
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR		Não há	Não há
		Não há	Não há
Subtotal Exterior		Não há	Não há
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: SIAFI e SPIUnet

7.2.2) Distribuição Espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade de terceiros

Quadro A.7.2 – Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada

7.2.3) Distribuição dos bens imóveis sob responsabilidade da UJ

Quadro 22 - A.7.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200352	5705.00352.500-0	Propriedade da União	Regular	406.355,99	17/04/2012	778.583,75		
200352	5623.00024.500-8	Propriedade da União	Bom	320.892,02	17/04/2012	7.103.570,60		
200352	5703.00044.500-9	Propriedade da União	Bom	105.874,81	17/04/2012	561.779,97		
200352	5697.00023.500-6	Propriedade da União	Regular	207.483,21	17/04/2012	745.821,86		
200352	5703.00043.500-3	Propriedade da União	Novo	14.404.096,11	17/04/2012	30.170.736,69		
Total							-	-
Fonte: SIAFI e SPIUnet								

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

8.1) Gestão da Tecnologia da Informação

No DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral.

Regionalmente, nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTIs são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CGTI, pela manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários da região.

8.2) Análise Crítica

A avaliação do presente item “Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada” está centralizada na CGTI/DPF.

ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

9.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 23 - A.9.1- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()			Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X

Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Através de comunicação oficial (memorando) e publicação de aviso na intranet.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Através de publicação de aviso na intranet.				
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2) Consumo de papel, energia elétrica e água

Quadro 24 – A.9.2- Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Programa Carbono Neutro			2008	A UJ promoveu o plantio de árvores na grande Vitória, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim e também eliminou as aquisições de copos descartáveis para os servidores com a finalidade de cumprir as metas do Programa Carbono Neutro; no entanto, no exercício de 2012, não houve metas estipuladas pelo órgão central.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1700	2100	0,00	15.209,50	21.267,00	0,00
Água	*	*	*	27.110,85	10.793,83	12.577,46
Energia Elétrica	*	*	*	560.836,10	504.646,66	526.919,48
			Total	560.836,10	504.646,66	526.919,48

Fonte: NEOF/SR/DPF/ES

*OBS.: Os dados encontram-se em fase de consolidação pelo setor responsável. Em 2010 as aquisições de Papel foram efetuadas pela unidade central do DPF.

ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

10.1) Informações sobre as providências adotadas para atender as deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno

A SR/DPF/ES recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União, referentes aos exercícios de 2012 a 2016, conforme o Acórdão nº 1.449/2012, cujo teor encontra-se, transcrito parcialmente no Quadro adiante (na Mensagem Oficial-Circular nº03/-GAB/DG/DPF, de 22/01/2013), sendo destacadas, a seguir, as providências adotadas em relação aos itens 9.1.1 a 9.1.3.

Quadro 25 - Resumo de determinações e recomendações sobre a regularização da terceirização de serviços

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIREÇÃO GERAL			
MENSAGEM OFICIAL-CIRCULAR			
ORIGEM: DG/DPF	NÚMERO: 03/2013-GAB/DG/DPF	DATA: 22/01/2013	HORA: 12:00
DESTINO: UNIDADES CENTRAIS E DESCENTRALIZADAS			
ASSUNTO: ACORDÃO Nº 1.449/2012-TCU PLENÁRIO			
. TEXTO A TRANSMITIR			
MENSAGEM OFICIAL-CIRCULAR			
SENHORES DIRIGENTES,			
1. INFORMO A VOSSAS SENHORIAS AS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, CONFORME O ACORDÃO N. 1.449/2012-TCU PLENÁRIO, A SEGUIR TRANSCRITAS:			
“9.1 DETERMINAR AO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL QUE, NA QUALIDADE DE ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA FUNÇÃO DE POLÍCIA AEROPORTUÁRIA, FIXADA NO ART. 144, §1º, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:			
9.1.1 ELABORE E ENCAMINHE A ESTE TRIBUNAL, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS A CONTAR DA CIÊNCIA, PLANO DE AÇÃO PARA REGULARIZAR A TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS DIRETAMENTE AO CONTROLE MIGRATÓRIO, DE MODO A SUBSTITUIR, GRADUALMENTE E SEM PREJUÍZO À CONTINUIDADE DO SERVIÇO, OS TERCEIRIZADOS QUE EXECUTAM TAREFAS TÍPICAS DE CONTROLE MIGRATÓRIO POR SERVIDORES DO SEU QUADRO PERMANENTE, PORQUANTO SE TRATA DE ATIVIDADE TÍPICAMENTE FINALÍSTICA DESSE ÓRGÃO, CUJA TERCEIRIZAÇÃO É VEDADA NOS TERMOS DO ART. 1º, §2º, DO DECRETO 2271/97;			
9.1.2 ENQUANTO PERDURAREM OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO QUE ENVOLVAM, DIRETA OU INDIRETAMENTE, SERVIÇOS DE CONTROLE MIGRATÓRIO, ADOTE AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA GARANTIR NÍVEIS MÍNIMOS RAZOÁVEIS DE SUPERVISÃO DOS TERCEIRIZADOS, POR SERVIDORES DE CARREIRA, NAS TAREFAS DE CONTROLE MIGRATÓRIO NOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS, CONFORME OS CRITÉRIOS DEFINIDOS POR ESSE ÓRGÃO, INFORMANDO A ESTE TRIBUNAL SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, A CONTAR DA NOTIFICAÇÃO;			
9.1.3 INCLUA, NOS RELATÓRIOS ANUAIS DE GESTÃO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 2012 A 2016, TÓPICO ESPECÍFICO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA REGULARIZAR A TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO CONTROLE MIGRATÓRIO, CONSOANTE ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO 2271/97 E ÀS DETERMINAÇÕES DESCRITAS NOS SUBITENS 9.1.1 E 9.1.2;			

Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle

migratório (consoante as disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)”

Em atendimento ao constante do item 9.1.2 do referido acórdão, informa-se que durante o exercício de 2012 a SR/DPF/ES não manteve terceirizados nos serviços de controle migratório (postos de fronteira, portos e Aeroportos Internacionais).

Quadro 26 - A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo					000324
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-027.866/2010-6	8258/2011	1.5.1		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo					000324
Descrição da Deliberação					
1.5.1.1. regularize o pagamento das pensões dos instituidores de matrícula SIAPE 0175036 e 0177077, face a indevida incidência do percentual de 20% previsto no art. 184, II, da Lei 1.711/1952 sobre os valores da GDATA e da GEAPF, em contraposição ao disciplinado pelos artigos 4º da Lei 10.404/2002 e 6º da Lei 11.095/2005, conforme apontado no item 2.15 do Relatório de Auditoria de Gestão CGU/ES 201203648; 1.5.1.2. promova o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos beneficiários das pensões acima indicadas;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Setor de Recursos Humanos					
Síntese da Providência Adotada					
As recomendações foram atendidas parcialmente conforme descrito no relatório CGU 201203648 de 28/06/2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As recomendações foram atendidas parcialmente conforme descrito no relatório CGU 201203648 de 28/06/2012.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A implementação das determinações é de responsabilidade do Órgão Central de Recursos Humanos. Ao setor de Recursos Humanos desta Superintendência compete solicitar Divisão Central de Pagamentos a implementação das ações solicitadas.					

Quadro 27 - A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo			000324
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203648		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo			000324
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Comunicar formalmente, de imediato, todos os interessados identificados acerca da ilegalidade da incidência do percentual de 20% previsto no artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/1952 sobre o valor da GDATFP, a partir da vigência da Medida Provisória nº 431/2008, atual Lei nº 11.784/2008, visando interromper o prazo prescricional previsto no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999. Recomendação 2: Corrigir o pagamento da vantagem prevista no artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/1952 aos interessados identificados, visando excluir a incidência do percentual de 20% sobre o valor da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal – GDATFP, em obediência ao disposto no artigo 4º-C, § 4º, da Lei nº 10.682/2003, com a redação dada pela Lei nº 11.784/2008. Implementar essa correção de pagamento observando o devido processo legal e preservando o direito à ampla defesa e ao contraditório dos interessados. Recomendação 3: Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos interessados a partir de junho/2008 nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990. Recomendação 4: Abster-se de incluir o valor da GDATFP no cálculo do valor da vantagem prevista no artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/1952, por contrariar expressa vedação legal contida no artigo 4º-C, § 4º, da Lei nº 10.682/2003, com a redação dada pela Lei nº 11.784/2008. Recomendação 5: Comunicar formalmente, de imediato, todos os pensionistas dos instituidores identificados acerca das ilegalidades constatadas nos cálculos iniciais de suas pensões, visando interromper o prazo prescricional previsto no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999. Recomendação 6: Corrigir os valores das pensões dos instituidores identificados, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito à ampla defesa e ao contraditório dos pensionistas. Recomendação 7: Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores identificados nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SETOR DE RECURSOS HUMANOS			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação 1: Os servidores aposentados foram notificados, com exceção do servidor, SIAPE nº 179604, que está residindo no Rio de Janeiro. O processo foi encaminhado para aquela descentralizada para que seja dada ciência ao servidor da determinação dessa controladoria. Também solicitamos ao SRH/RJ que proceda a transferência do pagamento do servidor para aquela unidade pagadora, para fins de inclusão do valor da reposição ao erário. Recomendação 2: Providenciada a correção do pagamento da referida vantagem de todos os servidores citados na folha de junho e julho/2012. Recomendação 3: Implementação da reposição ao erário. Após ciência dos servidores será concedido o amplo direito a defesa e ao contraditório. Em caso de recurso administrativo o mesmo será encaminhado a Coordenação de Recursos Humanos para análise da Divisão de Legislação e Pareceres, deste departamento. Recomendação 4: O cálculo da rubrica 00034 foi corrigido. Providenciamos a correção do pagamento da referida vantagem de todos os servidores citados na folha de julho/2012. Recomendação 5: Todas as pensionistas citadas na recomendação foram notificadas. Recomendação 6: O processo retornou a CRH/DPF, e aguarda providências do órgão da unidade Central; Recomendação 7: Foi expedida notificação a beneficiária de pensão referente ao SIAPE 186454, informando que será descontado da pensão civil o valor de R\$ 1.000,50(hum mil e cinquenta centavos) seguinte da Controladoria Geral da União, neste estado. Por não estar atrelada a folha de pagamento desta descentralizada, após o recebimento do “aviso de recebimento – AR/ECT”, a mesma será encaminhada a Divisão de Pagamentos/CRH, para			

inclusão da reposição ao erário.
Síntese dos Resultados Obtidos
Recomendação 1 – Atendido parcialmente, apenas o servidor, SIAPE nº 179604, não foi notificado, pois está residindo no Rio de Janeiro e o processo foi encaminhado para SR/DPF/RJ para que seja dada ciência ao servidor da determinação dessa controladoria. Recomendação 2: Atendido na folha de pagamento julho/2012. Recomendação 3: Aguardando legal de direito à ampla defesa e ao contraditório. Recomendação 4: Atendido na folha de pagamento julho/2012. Recomendação 5: Todas as pensionistas citadas na recomendação foram notificadas. Recomendação 6: Foram implantadas as correções nas pensões de matrículas SIAPE nº 4727363 e 5550541 e as demais estão sendo providenciadas pela unidade central. Recomendação 7: Foi implantada a correção na pensão civil - SIAPE nº 4304837 na folha de pagamento de setembro/2012. Na pensão de matrícula SIAPE nº 5449031, estamos aguardando a ciência da notificação e após, aguardar o prazo legal de direito à ampla defesa e ao contraditório.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A implementação das determinações é de responsabilidade do Órgão Central de Recursos Humanos. Ao setor de Recursos Humanos desta Superintendência compete solicitar a Divisão Central de Pagamentos a implementação das ações solicitadas.

10.3) Informações sobre declarações de bens e rendas

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Quadro 28 - A.10.5 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	04	0	0
	Entregaram a DBR	04	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	01	0	0
	Entregaram a DBR	01	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	23	0	0
	Entregaram a DBR	23	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SRH/SR/DPF/ES

Análise Crítica

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR: O SRH notifica o servidor a cumprir com as determinações pertinentes.
- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR: O setor responsável por esse gerenciamento é o SRH/SR/DPF/ES, cujo sistema não é informatizado, ou seja, há apenas uma planilha de controle da cobrança e da entrega.
- Forma de recepção das DBR: O servidor deverá entregar a DBR impressa anualmente ou autorização para o acesso da CGU às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil (RFB). Assim, os servidores desta Unidade Jurisdicionada também têm a opção de entregar ao SRH um Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.
- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida: Não há análise deste SRH. Tal declaração estará à disposição dos órgãos competentes quando necessário.
- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações: As DBR ficam arquivadas na pasta funcional do servidor. As autorizações para o acesso da CGU às DBR são guardadas em pasta do arquivo geral deste SRH.

10.4) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro 29 - A.10.6 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS
NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, JANAINA GOMES DE PAIVA, CPF nº 091.267.897-60, Agente Administrativo, exercido na SR/DPF/ES declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores, ressalvados os casos em que o SIASG não permite a inclusão mesmo havendo previsão legal para tanto, a saber:

- Contratação menor que o resultado da licitação, quando esta for Pregão – SRP;
- Contratação decorrente de adesão a Ata de Registro de Preços realizada por outra Unidade Gestora.

Vila Velha, 22 de março de 2013


JANAINA GOMES DE PAIVA
091.267.897-60
Agente Administrativa

ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

11.1) Informações sobre adoção de critérios estabelecidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10

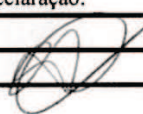
A Comissão de Avaliação de Bens desta Regional não conseguiu elaborar relatórios finais, mas apenas parciais até o fechamento do presente Relatório de Gestão, porém ao longo do exercício foram envidados todos os esforços para o integral cumprimento dos critérios estabelecidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

11.2) Declaração do contador responsável pela UJ

Quadro 30 - A.11.2 - Declaração do Contador Responsável

Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SR/DPF/ES			200352 - 200353
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200352, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI. Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios: a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília /DF	Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS 	CRC nº	DF-015371/O-4

MENSAGEM: 2013/0481005 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
EM 22/02/13 AS 11:14: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR - ERRATA

SENHOR ORDENADOR DE DESPESAS E CHEFE DE LOGÍSTICA,

1. SOLICITO A VOSSA SENHORIA, EM ATENDIMENTO ÀS ORIENTAÇÕES CONTIDAS NA MENSAGEM SIAFI 2013/0473715, ANEXAR À DECLARAÇÃO DO CONTADOR ENVIADA A ESSA UG A ERRATA A SEGUIR:

*** ONDE SE LÊ:

" DECLARO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSTANTES DO SIAFI (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, DO FLUXO DE CAIXA E DO RESULTADO ECONÔMICO), REGIDOS PELA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012, (...)."

*** LEIA-SE:

" DECLARO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSTANTES DO SIAFI (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS), REGIDOS PELA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012, (...)."

*** ACRESCENTAR:

PARA A EMISSÃO DA DECLARAÇÃO FORAM CONSIDERADOS OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

(...)

D) OS DEMONSTRATIVOS DO FLUXO DE CAIXA E DO RESULTADO ECONÔMICO NÃO ESTÃO DISPONIBILIZADOS NO SIAFI.

2. EM CASO DE DÚVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM O CONTADOR RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DO DOCUMENTO.

ATENCIOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE/COF/DLOG
SETORIAL DE CONTABILIDADE DA POLÍCIA FEDERAL

ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

12.1) Outras informações relevantes sobre a gestão

Para alcançar os objetivos propostos no exercício de 2012, foram realizadas diversas operações policiais, e atividades meio que proporcionaram bons resultados alcançados.

Como se pode notar das informações do relatório, há grande concentração de recursos executados relativos à administração da Unidade. A manutenção das atividades de apoio abrange, dentre outras, as despesas com terceirização de serviços de limpeza, vigilância e recepcionistas, serviços de manutenção predial, de manutenção da frota de veículos, aluguéis de imóveis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Isto exposto, cabe esclarecer que no exercício de 2012, como ocorreu em 2011, teve um contingenciamento de crédito orçamentário para todas as Unidades Jurisdicionadas da Polícia Federal, o que exigiu uma gestão priorizada nas grandes áreas de crime.

Neste tocante, espera-se que no exercício de 2013 a situação orçamentária seja resolvida, permitindo aos gestores e operadores prosseguirem em melhores condições para as futuras ações implementadas. A Unidade Jurisdicionada em contínuo contingenciamento sofre nos procedimentos investigatórios, por conta das despesas de passagens e diárias, e demais atividades que fazem a estrutura do ambiente de trabalho.

Em relação à capacitação dos seus servidores, esta Superintendência tem tomado ações efetivas visando à especialização, não só em treinamentos/cursos relativos às atividades fim, como às atividades meio.

12.1.1) Das ações de capacitação dos servidores da SR/DPF/ES

Quadro 31 - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2012

CURSO	ÁREA DE ATUAÇÃO	NÚMERO DE SERVIDORES	PERÍODO	
Capacitação em Exames Médicos Periódicos	APOIO	3	15/ago	17/ago
Conclusão de Mestrado/Educação Física	APOIO	1	03/abr	01/jun
Curso Atualização Jurídica	FIM	3	05/mar	03/mai
Curso Básico de Operação do Programa Excel	APOIO	9	19/nov	23/nov
Curso Básico de Representação Facial Humana	FIM	1	12/mar	17/mar
Curso Científico para Graduação de Direito	FIM	1	02/abr	31/mai
Curso Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico - (EAD)	APOIO	8	24/abr	24/jun
Curso Cooperação Jurídica Internacional como Ferramenta de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	FIM	1	30/mai	30/mai
Curso de Alemão	FIM	1	06/ago	29/set
Curso de Atendimento ao Cliente	APOIO	13	09/abr	13/abr
Curso de atualização Jurídica (licença capacitação)	FIM	3	02/abr	31/mai
Curso de Autocad 2D	APOIO	1	08/ago	23/ago
Curso de Coleta de Evidências em Local de Crime	FIM	1	22/set	30/set
Curso de Controle de Químicos	FIM	2	19/ago	01/set

Curso de Defesa Pessoal	FIM	3	01/ago	29/set
Curso de Dispositivos de Clonagem de Cartões Bancários	FIM	1	23/mar	30/mar
Curso de Espanhol	FIM	1	23/fev	23/mar
Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos	APOIO	1	12/abr	12/abr
Curso de Formação de Pregoeiros: Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços	APOIO	1	28/mai	01/jun
Curso de Identificação Macroscópica no Combate a Exploração, Transporte e Comércio Ilegal de Madeiras	FIM	1	10/jun	15/jun
Curso de Inglês	FIM	59	Jan a dez	
Curso de novo CPR	APOIO	1	18/nov	23/nov
Curso de Português	APOIO	10	Jan a dez	
Curso de Português Prático (EAD)	APOIO	6	05/mai	05/jul
Curso de Prevenção de Danos nas Construções Públicas	APOIO	1	27/ago	05/set
Curso de Técnicas de Investigação Contra a Flora e Mineração	FIM	1	13/abr	13/abr
Curso Defesa Pessoal e Artes Marciais (MUAY TAI)	FIM	1	01/ago	29/set
Curso Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	APOIO	1	24/jun	26/abr
Curso Ética na Administração Pública (EAD)	APOIO	8	27/ago	27/out
Curso Excelência no Atendimento (EAD)	APOIO	6	19/jun	19/ago
Curso Extensão Universitária- Cent. Educacional	APOIO	1	22/fev	21/abr
Curso Gestão de Pessoas: fundamentos e tendências	APOIO	4	29/mar	31/mar
Curso Gestão e Manutenção em Edifícios	APOIO	1	30/jul	03/ago
Curso Gestão Orçamentária e Financeira	APOIO	1	27/mai	01/jun
Curso Gestão por Competências (EAD)	APOIO	1	02/set	01/out
Curso Integrado sobre Contratos Administrativos, Licitações Públicas e Convênios Federais	FIM	1	20/ago	24/ago
Curso Língua Francesa	FIM	1	23/abr	28/mar
Curso NAS Entrevista e Interrogatório	FIM	1	23/abr	28/mar
Curso para Investidura em Órgão de Inteligência Policial	FIM	3	23/abr	28/mar
Curso Qualidade de Vida no Trabalho (EAD)	FIM	2	07/set	08/dez
Curso Saúde e Prevenção a Doenças Ocupacionais (EAD)	APOIO	4	07/set	09/dez
Curso sobre Cooperação Internacional	FIM	1	27/mai	29/mai
Encontro de Delegados Executivos das SR's	FIM	1	13/abr	13/abr
Encontro de Desenvolvimento de Pessoas da Região Sudeste	APOIO	3	13/mar	16/mar
Encontro de Dirigentes Recursos Humanos - Polo IV(ES e MG)	APOIO	1	19/nov	23/nov
Encontro de SELOG	APOIO	1	19/nov	23/nov
Encontro Nacional de Dirig.de Recursos Humanos do DPF-2012	APOIO	1	19/nov	23/nov
I Curso de Boas Práticas labor.Química Forense e Instr. Analítica (BPLIA) -	FIM	1	08/mai	12/mai
I Encontro de Chefes de DELINST	FIM	2	07/mai	12/mai
I Seminário de Repressão a Desvios de Recursos Públicos	FIM	5	21/mai	25/mai
I Seminário InterN. Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	FIM	1	14/mai	15/mai
II Curso de Técnicas Operacionais de Proteção ao Depoente Especial	FIM	1	25/mar	06/abr
II Curso Operacional de Combate ao Trabalho Escravo	FIM	1	11/mai	12/mai
II Seminário de Política Sobre Drogas da Região Sul/ES	FIM	1	21/jun	21/jun
III Curso de Gestão de Investigação de Pornografia Infantil e Crimes de Ódio na Internet	FIM	1	23/set	25/set
III Curso de Técnicas de Investigação em DELEPAT - Módulo Operações de Inteligência - Nível Básico	FIM	1	14/mar	30/mar

III Encontro de Gestão de Pessoas	APOIO	2	26/nov	30/nov
III oficina das Unidades do Siass	APOIO	1	15/ago	17/ago
III Seminário Internacional de Perícias em Crimes Financeiros 2012	FIM	1	16/mai	16/mai
Inform. Básica- windows, word, excel, powerpoint e internet	APOIO	2	25/jun	29/nov
IV Encontro Nacional de Atenção a Saúde do Servidor - ENASS	APOIO	1	23/out	25/out
X Semana de Adm. Orçam., Financ. e de Contratações Públicas	APOIO	2	26/nov	30/nov
KRAV MAGA	FIM	1	16/jan	29/fev
Obras e Serviços de Engenharia na Administração Pública - a fiscalização dos Contratos	APOIO	1	21/mai	23/mai
Palestras: Nulidades Processuais na Temática Disciplinar" e "Soluções alternativas ao Processo Disciplinar	FIM	3	25/mai	25/mai
Redes de Comunicações e Novas Tecnologias (licença capacitação)	APOIO	1	05/nov	01/fev
Reunião sobre técnicas de investigação sobre financiamento de terrorismo e lavagem de dinheiro.	FIM	2	09/abr	10/abr
Seminário "Cooperação na Defesa da Moeda contra a Falsificação"	FIM	1	10/abr	10/abr
Seminário Brasil - União Européia sobre o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	FIM	1	31/mai	01/jun
Seminário de Técnicas de Investigação	FIM	1	16/jan	17/mai
Seminário Nacional: " A Planilha de Formação dos Preços da IN N° 07/11 Para Contratação dos Serv. Contínuos"	APOIO	1	17/set	19/set
Seminário Profissional de Espionagem e Contra Espionagem	FIM	3	07/mai	13/mai
Seminário Regional sobre Investigação de Homicídios	FIM	2	23/jul	27/jul
Treinamento Cronograma no SIASG	APOIO	1	28/mai	30/mai
Treinamento de Asterisk	APOIO	2	22/jul	27/jul
Trein. do novo GESP (Gestão Eletrônica de Segurança Privada)	FIM	1	29/mai	02/jun
Treinamento do novo sistema GESP	FIM	1	29/mai	02/jun
Treinamento em Armamento e Tiro	FIM	37	08/mai	22/mai
Treinamento em Serviço de Segurança de Dignitários	FIM	35	07/mai	21/mai
Treinamento Novo GESP	FIM	1	29/mai	02/jun
Treinamento SIGEPOL	APOIO	105	09/abr	13/abr
Treinamento SCDP - Sist. Concessão de Diárias e Passagens	APOIO	51	14/abr	26/abr
Treinamento Técnicas de Abordagem	FIM	36	09/mai	16/mai
Treinamentode SRH'S - Módulo Cadastro EGP	APOIO	1	06/ago	10/ago
VI Seminário de Perícias de Engenharia da Polícia Federal	FIM	2	09/abr	13/abr
Wokshop-Exposição e discussão temas contr. Prod.quimicos	FIM	1	04/dez	06/dez
Operações de Manut.Paz e Policiamento internacional (SENASP)	FIM	2	10/fev	16/abr
Formação de Tutores 2: Acompanhamento de Fórum (SENASP)	APOIO	8	10/fev	16/abr
Ações para o Controle de Armas (SENASP)	FIM	1	10/fev	16/abr
Policiamento Comunitário Escolar (SENASP)	FIM	1	05/jun	31/jul
Ingles 1 (SENASP)	APOIO	5	06/jun	31/jul
Redação Técnica (SENASP)	APOIO	3	07/jun	31/jul
Português Instrumental (SENASP)	APOIO	4	10/fev	16/abr
SODVA -Saúde ou Doença: de qual lado você está? (SENASP)	APOIO	1	04/set	24/out
Democracia Participativa (SENASP)	FIM	1	04/set	24/out
Filosofia D. H. Aplicados à Atuação Policial (SENASP)	FIM	2	10/fev	16/abr
Licitações e Contratos (SENASP)	APOIO	4	06/jun	31/jul
Local do Crime: Isolamento e Preservação (SENASP)	FIM	1	04/set	24/out
ESPAÑHOL BÁSICO 1 (SENASP)	APOIO	3	04/set	24/out
ESPAÑHOL BÁSICO 2 (SENASP)	APOIO	5	10/fev	16/abr

Investigação Criminal 1 (SENASP)	FIM	1	10/fev	16/abr
Investigação Criminal 2 (SENASP)	FIM	1	06/jun	31/jul
Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial (SENASP)	FIM	1	10/fev	16/abr
Ações para o Controle de Armas (SENASP)	FIM	1	10/fev	16/abr
Tráfico de Seres Humanos (SENASP)	FIM	1	06/jun	31/jul
Combate a Lavagem de Dinheiro (SENASP)	FIM	1	04/set	24/out
Emergencista Hospitalar 2 (SENASP)	FIM	1	06/jun	31/jul
Identificação Veicular 2 (SENASP)	FIM	1	10/fev	16/abr
Análise Criminal (SENASP)	FIM	1	10/fev	16/abr
Ações para o Controle de Armas (SENASP)	FIM	1	10/fev	16/abr
Identificação de Armas de Fogo (SENASP)	FIM	1	04/set	24/out
Progr.Prot.Crianças e Adolesc.Ameaçados Morte (SENASP)	FIM	1	04/set	24/out
Gerenciamento de Crises (SENASP)	FIM	1	10/fev	16/abr

Fonte: Equipe de Treinamento e Desenvolvimento da SR/DPF/ES

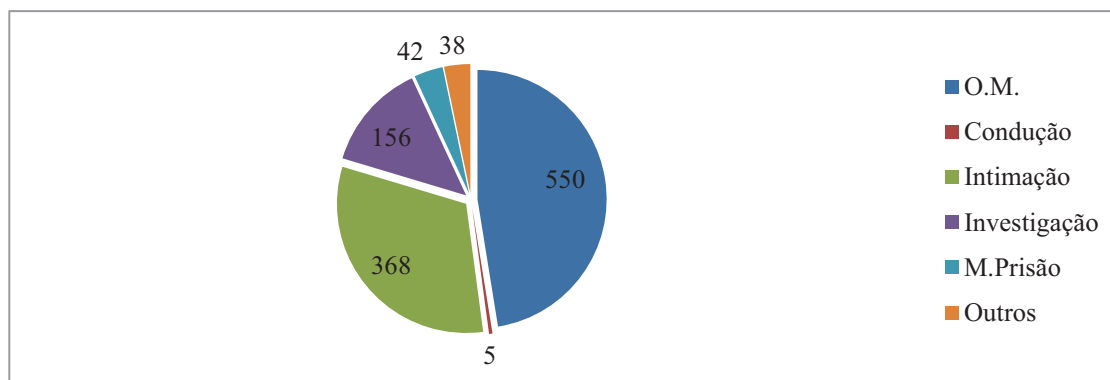
12.1.2) Das Atividades de polícia judiciária e administrativa da SR/DPF/ES

Visando cumprir suas atribuições legais e atentando para o cumprimento de determinações e/ou orientações de Órgãos Superiores, esta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo executou, durante o exercício de 2012, diversas atividades, as quais se encontram elencadas nos quadros abaixo, denominado o conjunto de “Relatório de Atividades Gerais”.

Presta-se o presente relatório para um breve demonstrativo, relacionando-se operações realizadas e demais atividades vinculadas às Ações 2726 e 2586, estabelecendo-se, dentro do possível, quadro comparativo entre os exercícios de 2011 e 2012, de maneira a estabelecer relação entre o quantitativo de ações desenvolvidas e resultados de investigações, apreensões e outras práticas inseridas dentro do rol de atribuições do DPF, a fim de propiciar, através da análise dos indicadores apresentados, a identificação de possíveis dificuldades e melhorias alcançadas.

TABELA - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO NO/DREX/SR/DPF/ES 2012							
Mês	O.M.	Condução	Intimação	Investigação	M.Prisão	Outros	Total
JAN	65	0	54	13	4	4	75
FEV	177	0	147	8	0	6	161
MAR	113	0	64	41	4	2	111
ABR	42	0	22	53	3	4	82
MAI	39	0	32	10	3	8	53
JUN	11	0	5	12	4	7	28
JUL	21	1	7	5	3	6	22
AGO	6	1	3	3	1	0	8
SET	0	0	0	0	4	0	4
OUT	29	0	8	6	4	1	19
NOV	18	3	9	0	5	0	17
DEZ	29	0	17	5	7	0	29
Total	550	5	368	156	42	38	609

GRÁFICO - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO NO/DREX/SR/DPF/ES 2012



De forma geral houve redução nas atividades deste Núcleo de Operações no ano de 2012 quando comparado ao ano de 2011. Caba salientar, entretanto, que em 2012 ocorreu greve dos Escrivães, Papiloscopistas e Agentes de Polícia Federal por um período de setenta (70) dias. Apesar da redução nas atividades e do período de greve, foram cumpridos quarenta e

dois (42) mandados de prisão em 2012 em comparação com quarenta e quatro (44) em 2011. Isso demonstra o esforço deste Núcleo de Operações no sentido de priorizar o cumprimento de MPs e reduzir as cobranças advindas do Poder Judiciário.

DELEGACIA DE IMIGRAÇÃO – DELEMIG/SR/DPF/ES 2012

SETOR DE PASSAPORTE

SERVIÇOS		
	Quant.	Vlr. R\$
Passaportes Não Icao	32	6.492,48
Passaportes Icao	449	70.075,43
Passaporte de Urgência	36	88.865,82
Passaportes/Adoção	22	38.752,19
Laissez-Passer	01	1.420,23
Passaporte Amarelo	01	202,89
TOTAL R\$ (31/12/12)	541	R\$ 205.809,04

NÚCLEO DE REGISTRO DE ESTRANGEIRO

ANO	2012
JANEIRO	R\$ 40.255,44
FEVEREIRO	R\$ 20.315,38
MARÇO	R\$ 12.717,16
ABRIL	R\$ 10.032,91
MAIO	R\$ 11.007,72
JUNHO	R\$ 9.264,64
JULHO	R\$ 13.160,26
AGOSTO	R\$ 13.041,75
SETEMBRO	R\$ 13.479,55
OUTUBRO	R\$ 28.671,00
NOVEMBRO	R\$ 25.506,00
DEZEMBRO	R\$ 21.291,33
TOTAL (31/12/12)	R\$ 218.743,14

NÚCLEO DE OPERAÇÃO

ANO	2012
ATIVIDADES	218

DELESP

ATIVIDADES DESEMPENHADAS

1) FISCALIZATÓRIA

FISCALIZAÇÃO	ACÕES
Empresas de segurança privada/vigilância vistoriada	41
Empresas de segurança orgânica vistoriadas	42
Empresas de transporte de valores vistoriadas	03
Curso de formação de vigilantes vistoriados	03
Estabelecimentos financeiros vistoriados	381
Veículos especiais de transporte de valores vistoriados	65
Denúncias de empresas clandestinas recebidas	11
Empresas clandestinas fiscalizadas	11
Empresas regulares encerradas	0
Armas apreendidas	107
Autos de infração expedidos	81

2) PROCEDIMENTAL

PROCEDIMENTOS	ATOS
Vistoria de instalações de empresas regulares	55
Autorização / Revisão de autorização de funcionamento	03
Alteração de atos constitutivos de empresas	13
Relatórios de incidentes	219
Certificado de segurança / Vistoria expedidos	45
Autorização para compra de armas, munições e petrechos	40
Autorização para transporte de armas, munições e petrechos	63
Autorização para compra de coletes	26
Autorização para transportes de coletes	13
Autorização para mudança de modelo de uniforme	03

Expedição de carteira nacional de vigilantes	3646
Registro de certificado de formação de vigilantes	4327
Registro de certificado de reciclagem / Extensão de vigilantes	9312

3) ARRECADATÓRIA

ARRECAÇÃO	VALORES (R\$)
Vistoria de instalações de empresas de segurança privada ou orgânica	48.948,60
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	41.499,90
Expedição de Alvará de Funcionamento de empresas de segurança privada ou orgânica	CGCSP
Renovação de certificados de segurança de instalações de empresas de segurança privada	21.537,20
Renovação de certificado de veículos especiais de transporte de valores	10.375,30
Autorização para compra de armas e munições	7.488,00
Autorização para transporte de armas e munições	6.703,83
Alteração de atos constitutivos	2.434,64
Autorização para mudança de modelo de uniforme	561,84
Registro de certificado de formação de vigilantes	23.019,64
Expedição de Alvará de Funcionamento de Escola de Formação	1.596,15
Expedição de CNV	38.793,44
Vistoria de estabelecimento financeiro	405.422,10

DELEAQ

ATIVIDADES	2012
Armas Novas Registradas	1096
Armas Velhas Registradas	830
Transferências de Armas	237
Armas Encaminhadas ao SFPC	79
Armas Apostiladas no Exército	117
Armas Entregues da Campanha do	251
Ocorrências de Armas Apreendidas	448
Ocorrências de Armas Furtadas/Roubadas	268
Ocorrências de Armas Perdidas/Extraviadas	17
Portes Deferidos (Siar)	152
Portes Renovados (Siar)	20

ATIVIDADE	2012
APLICAÇÃO DE PROVAS PARA CREDENCIAMENTO DE ARMEIROS	06
SERVIDORES CAPACITADOS – POLÍCIA MILITAR/ES	53
SERVIDORES CAPACITADOS – POLÍCIA CIVIL/ES	0
SERVIDORES CAPACITADOS – BOMBEIRO MILITAR/ES	0
TOTAL DE SERVIDORES TREINADOS	53
CONTROLE DE PRECURSORES QUÍMICOS - AUTOS DE FISCALIZAÇÃO LAVRADOS	12
CONTROLE DE PRECURSORES QUÍMICOS – EMPRESAS IRREGULARES	07
CONTROLE DE PRECURSORES QUÍMICOS – AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	10

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES

TIPOS DE ENTORPECENTES APREENDIDOS	QUANTIDADE
COCAÍNA / CRACK / PASTA BASE (Gramas)	147.060
MACONHA (Gramas)	454.120

PRINCIPAIS APREENSÕES	QUANTIDADE
ARMAS	08
VEÍCULOS	08
DINHEIRO (EM REAIS)	2.301,85

ATIVIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
INQUÉRITOS INSTAURADOS (PORTARIA E RETOMBAMENTO)	187
INQUÉRITOS INSTAURADOS (POR FLAGRANTE)	15
INQUÉRITOS RELATADOS	153
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	213
MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO CUMPRIDOS	19
MANDADOS DE PRISÃO PREVENTIVA CUMPRIDOS	5
NÚMERO DE PRESOS EM FLAGRANTE	30
CARTAS PRECATÓRIAS INSTAURADAS	99
CARTAS PRECATÓRIAS EM ANDAMENTO	5
OUTRAS ATIVIDADES	
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
PASSAPORTES EXPEDIDOS	4.320
CARTEIRAS DE ESTRANGEIRO ENTREGUES	35
PEDIDO DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA	36
PEDIDO DE NATURALIZAÇÃO COMUM	0
REGISTRO E EXPEDIÇÃO DE CIE	35
PEDIDOS DE ANISTIA – DEC. 6893/09	5
RENOVAÇÃO DE CIE	04
NOTIFICAÇÕES PARA DEIXAR O PAÍS	04
AUTOS DE INFRAÇÃO	04
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE TURISTA	22
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE TEMPORÁRIO	3

CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ATIVIDADES	
Carteiras de vigilantes requeridas	-
Carteiras de vigilantes expedidas	-
Certificados de vigilantes registrados/expedidos	-
Certificados de segurança expedidos Empresas/Escolas (Siar)	03
Certificados de vistoria expedidos – Veículos (Siar)	-
Vistorias Bancárias (Siar)	104
Vistorias Empresas (Siar)	03
Auto de Encerramento Empresa Clandestina	03
Notificação Empresas/Bancos	17
Autorização de Atos Constitutivos (Siar)	-
Autorizações Transporte Armas e Munições	-
Registro Arma Empresa de Segurança (Siar)	-
Renovação Registro Arma Empresa de Segurança (Siar)	-
Arrecadação – R\$ (Siar)	-
Pareceres	23
Portarias Emitidas	103
Informação	02
Ofício	03
Memorando	03

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO MATEUS/ES

A Delegacia de São Mateus, em virtude de sua circunscrição (23 municípios) e apesar da demanda reprimida, que ainda não pode ser atendida em razão do pouco efetivo, vem procurando equacionar seus problemas buscando apoio junto à SR/DPF/ES, através de uma organização racional de seus recursos e com planejamentos eficazes que antecedem o desencadeamento de operações afetas àquela descentralizada. Seu desempenho tem se mostrado satisfatório, posto que o equacionamento das disparidades efetivo/circunscrição/demanda, vem resultando na melhoria do ponto de vista qualitativo e quantitativo dos trabalhos.

TIPOS DE ENTORPECENTES APREENDIDOS	QUANTIDADE
COCAÍNA / CRACK / PASTA BASE (Gramas)	480
MACONHA (Gramas)	3.790
CRACK (Gramas)	870

PRINCIPAIS APREENSÕES	QUANTIDADE
ARMAS	10
VEÍCULOS	08
DINHEIRO (EM REAIS)	R\$ 70,00

ATIVIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
INQUÉRITOS INSTAURADOS (PORTARIA)	130
INQUÉRITOS INSTAURADOS (POR FLAGRANTE)	19
INQUÉRITOS RELATADOS	107
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	106
NÚMERO DE PRESOS EM FLAGRANTE	23
CARTAS PRECATÓRIAS	39
MANDOS DE INTIMAÇÃO	550
INFORMAÇÕES POLICIAIS	199

OPERAÇÕES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
PEDRA D'ÁGUA	SÃO MATEUS E REGIÃO	Reprimir o tráfico de drogas	05 mandados de prisão 05 mandados de busca

ATIVIDADES DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA	
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
PASSAPORTES EXPEDIDOS	2706
CARTEIRAS DE ESTRANGEIRO ENTREGUES	37
PEDIDO DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA	26
REGISTRO E EXPEDIÇÃO DE CIE	38
RENOVAÇÃO DE CIE	9
AUTOS DE INFRAÇÃO	8
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE TURISTA	25
PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE TEMP. I E IV	3
CERTIDÃO DE ESTRANGEIRO/SITUAÇÃO NO PAÍS	17

CONTROLE DOCUMENTAL	
ATIVIDADE	QUANTIDADE
ORDEM DE MISSÃO POLICIAL	519
EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS	657
REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES	660
OFÍCIOS EXPEDIDOS	754
MEMORANDOS EXPEDIDOS	729
DESPACHOS ADMINISTRATIVOS	402
PROTOCOLOS	1560

CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA	
ATIVIDADES	QUANTIDADE
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS	87
CARTEIRA DE VIGILANTES EXPEDIDAS	65
VISTORIAS BANCÁRIAS/EMPRESAS	75
AUTORIZAÇÃO TRANSPORTE ARMA E MUNIÇÃO	03

CONTROLE DE ARMAS	
ATIVIDADES	QUANTIDADE
TRANSFERÊNCIA DE ARMAS	03
ARMAS ENTREGUES NA CAMPANHA DO DESARMAMENTO	14
OCORRÊNCIA DE ARMA FURTA/PERDIDA OU EXTRAVIADA	4

Considerações:

Fato relevante #1: é de se ressaltar que, no segundo semestre do ano de 2012, ocorreu a greve dos servidores policiais (agentes, escrivães e papiloscopistas). Foram 70 dias de paralisação quase total desta Delegacia de Polícia Federal, à exceção do plantão e do passaporte, prejudicando sobremaneira o andamento dos serviços inerentes não só às atividades-fim, como também aquelas de apoio administrativo. Por conta do movimento paredista, apenas como exemplo, foi encerrada prematuramente, por carência de pessoal, a Operação Policial “Velho Porto”, de repressão ao tráfico ilícito de drogas. Demais disso, acumularam-se demandas em todas as áreas de nossa atuação, fato esse que repercute até hoje, início de 2013, no regular andamento dos serviços desta Descentralizada, embora todos os esforços estejam sendo empreendidos para retomarmos a normalidade das tarefas quotidianas.

Fato relevante #2: não menos importante, e também no segundo semestre de 2012, ocorreu o encerramento, por necessidade de entrega do imóvel, das atividades do Escritório de Inteligência vinculado à DRE/ES - Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Superintendência Regional da PF no Espírito Santo, que mantinha uma base na cidade de São Mateus/ES, onde prestava fundamental apoio logístico e de pessoal à Delegacia da PF local. Por conta disso, sugerimos a implantação, em nossas instalações físicas próprias, de equipamentos tecnológicos que permitam a retomada de um Escritório de Inteligência, dessa feita, porém, sob nossa gestão direta.

Fato relevante #3: por fim, haja vista que por motivos alheios à vontade do DPF, não se confirmou, no ano de 2012, a previsão de realização do Concurso Público Nacional para o Provimento dos Cargos de Delegado e Escrivão.

NEPOM

MANUTENÇÃO E CONDIÇÕES DAS EMBARCAÇÕES

Para que esta delegacia encampe sua principal razão de existir, que é a fiscalização da área portuária, mediante o patrulhamento sistêmico marítimo e pronto emprego, torna-se necessário que as embarcações, com os respectivos equipamentos, estejam com boas condições de navegabilidade e aptas a serem utilizadas em pronto emprego.

Neste sentido, cumpre informar que existe contrato de prestação de serviço de manutenção das embarcações pertencentes à flotilha da NEPOM/ES, com o fornecimento de peças.

Entretanto, devido à peculiaridade do serviço desenvolvido neste Núcleo de Polícia Marítima, torna-se necessário não só fazer a manutenção, como também dar utilização contínua e periódica às embarcações, o que vem sendo tentado com a adequação das escalas em razão do inadequado quantitativo de pessoal ora alocado no setor, o que inviabiliza, em parte, os serviços de Patrulhamento sistêmico e pronto emprego, nos moldes exigidos pelo Art. 7º, VI e Art. 9º, III da IN 002/1999-DG/DPF e Art. 235, VI e VII da IN 13/2005-DG/DPF.

Em relação às nossas embarcações infláveis, é feito um rodízio (geralmente semanal, salvo condições excepcionais) para colocação e retirada destas da água, utilizando-se as instalações da Marina Cinco Pontes e a Capitania dos Portos do Estado do Espírito Santo.

LOGÍSTICA E MATERIAL

Abastecimento das embarcações

O abastecimento da Embarcação LPC URANO está sendo efetuada por empresa conveniada a VALECARD, diretamente no flutuante onde a mesma encontra-se atracada, o qual dista cerca de 100 metros da base do NEPOM/ES.

Em relação às demais embarcações, por se tratarem de embarcações de pequeno porte e podendo ser conduzidas com suas respectivas carretas pelas vias urbanas adjacentes à sede da unidade, o abastecimento se faz diretamente nos postos conveniados,.

COMUNICAÇÕES

Permanece a questão de extrema relevância e urgência, relacionada à solução para o sistema de radiocomunicação deste NEPOM, o qual não atende a uma de suas competências, qual seja: “manter estrutura de comunicação com rádio de frequências marítimas e policiais, telefone, fax e e-mail, em operação ininterrupta, para receber denúncias, chamadas de emergência e comunicação de

notícia-crime de atribuição do DPF, nas hidrovias limítrofes com outros países, nos portos e mar territorial”. (Art. 7º, V da IN 002/1999-DG/DPF; Art. 235, V da IN 13/2005-DG/DPF)

Até a presente data foram realizadas diversas tratativas para se colocar para funcionar, entretanto, ainda não foi apresentado pelo setor competente (NTI) uma solução para tal deficiência.

MATERIAL E ARMAMENTO

Apesar de ter recebido os mais diversos tipos de armamentos necessários ao desenvolvimento das funções atribuídas a delegacia, infelizmente em algum momento na história, a gestão da SR/DPF/ES adotou todas as providências suficientes para que o DEPOM/ES nunca tivesse condições de exercer as atribuições previstas nos Art. 9º, III e Art. 7º, VI da IN 002/1999-DG/DPF e Art. 235, VI e VII da IN 13/2005-DG/DPF.

As fragilidades de segurança das instalações atualmente usadas pelo NEPOM, associado ao fato de não existir uma EQUIPE DE PLANTÃO nos moldes delineados e exigidos pelo Art. 9º, III da IN 002/1999-DG/DPF, fizeram com que fossem transferidos para a responsabilidade do NO/DREX/SR/DPF/ES boa parte dos armamentos, munições e materiais sensíveis dentre os quais: coletes balísticos e equipamentos de inteligência. São mantidos hoje no setor apenas uma submetralhadora HK, um fuzil, munições, coletes balísticos, e certa quantidade de munições para atendimentos emergenciais ou eventuais ações de natureza estritamente policial.

INSTALAÇÕES

Este Núcleo permanece instalado na área cedida em comodato pela CODESA, no Porto de Vitória/ES.

Apesar de estar funcionando há tantos anos no mesmo local, somente no início do corrente mês de junho foram realizados trabalhos para ajustes na parte de telemática, telefonia e algumas reformas que viabilizaram a instalação de aparelhos de ar condicionado, proporcionando certa melhoria nas condições de trabalho. Vêm sendo realizadas tratativas junto a SPU e outros órgãos nas esferas municipal e estadual visando a transferência da atual sede para local mais apropriado.

PATRULHAMENTOS	78
-----------------------	-----------

Como se observa acima, a lotada no NEPOM realizou o quantitativo possível e esperado diante da carência de servidores capacitados especificamente para os serviços de Patrulhamento sistêmico e pronto emprego, nos moldes exigidos pelo Art. 7º, VI e Art. 9º, III da IN 002/1999-DG/DPF e Art. 235, VI e VII da IN 13/2005-DG/DPF.

OUTRAS AÇÕES

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 2012

CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE VTR'S

Funcionamento: Continuação da implementação de melhorias para 2021.

Aprimoramento do sistema de controle de fluxo de entrada e saída de viaturas e demais veículos na área desta sede, adotando-se colocação de cancelas na entrada e saída dos lados da guarita de controle.

Redução dos custos já no primeiro mês em cerca de 20 a 30%, em razão da criação de senhas pessoais e orientação para utilização dos telefones estritamente para o serviço, bem como, pela utilização de voip para falar entre as Delegacias do interior.

Previsão de redução dos custos ainda maior: quando a interface celular começar a funcionar.

PROJETO DE APRIMORAMENTO DA SEDE DA DPF/SMT/ES

Em processo de continuidade e expansão desde o 2º semestre de 2010.

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO DEPOM

Projeto paralisado em razão da ausência de recursos e da indefinição em relação ao local a ser determinado. Início de tratativas junto ao SPU e representações do Governo do Estado e Prefeituras de Vitória e Vila Velha para definição de um local apropriado para a sede.

TRATATIVAS PARA ALOCAÇÃO DE VIATURAS APREENDIDAS*

Houve a cessão do terreno, com a desocupação de parte da área da sede da SR/ES, viabilizando o deslocamento de materiais e veículos apreendidos para o referido local. Vêm sendo realizadas tratativas no sentido de se conseguir destinação para veículos apreendidos que não terão utilização por parte do DPF.

ANÁLISE CRÍTICA DAS INSTALAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA DA SR/DPF/ES E CONGÊNERES.

Foi instalada Comissão para elaboração de estudo de avaliação de riscos e elaboração de minuta dos planos de segurança orgânica da SR/DPF/ES, DPF/CIT e DPF/SMT. A Comissão encerrou os trabalhos e os levantamentos foram encaminhados para análise de viabilidade e obtenção de recursos, visando a implementação das medidas de segurança.

PRÁTICAS INOVADORAS

1. REDUÇÃO DE DEMANDA ELEITORAL

Polícia Judiciária

Ação: Criado o Gabinete de Gestão Integrada GGI, composto pela Polícia Federal, Justiça Eleitoral (TRE/ES), Ministério Público Estadual e Federal, e outros organismos de segurança pública, promovendo a integração e voltado para a promoção de maior celeridade no que concerne ao pronto atendimento das demandas relacionadas à elucidação de crimes eleitorais, permitindo maior velocidade no atendimento às denúncias encaminhadas ao TJ/ES, MPE, Polícia Federal e demais órgãos atuantes, otimizando, assim, o processo de investigação de crimes eleitorais.

2. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE INQUÉRITOS

Polícia Judiciária

Ação: Implementação e melhorias no sistema informatizado de atribuição de pesos aos procedimentos a serem distribuídos às autoridades policiais, adotando-se, para fins de acompanhamento de procedimentos, controle e produção de peças cartorárias. o SISCART.

Resultado: Aprimoramento dos processos de distribuição de IPLs, acompanhamento de procedimentos e maior celeridade na produção de peças cartorárias e outros expedientes, tornando mais célere e eficiente a condução de apuratórios e o tramite de documentos cartorários.

Métodos utilizados: Adoção do SISCART para controle de IPL's e de expedientes diversos, possibilitando o acompanhamento dos mesmos em tempo real.

Observações: O sistema vem tendo grande aceitação por parte das autoridades, uniformizando-se modelos e rotinas desempenhadas pelo próprio sistema..

3. IMPLEMENTAÇÃO DA FERRAMENTA DE ANÁLISE DE FLUXO TELEMÁTICO

Polícia Judiciária

Ação: Implementação do sistema informatizado visando facilitar a análise de dados de internet legalmente interceptados, suprimindo carências apresentadas por outras ferramentas existentes no mercado (Net Resident).

Resultado: Melhorias de uma ferramenta própria e adequada ao uso policial, propiciando o alcance de uma gama maior de informações e conhecimento, de forma mais dinâmica,

gerenciando-se todas as informações produzidas ou acessadas pelo alvo em Chats , e-mails, sítios virtuais de relacionamentos.

Métodos utilizados: Utilização de ferramentas de desenvolvimento de sistemas Delphi.

Observações: O sistema vem tendo boa aceitação entre o público usuário policial, com grande utilização nas últimas operações da SR/ES, SR/GO (DRE), SR/CE, SR/SE, SE/AP, SR/SP.

12.2) Conclusão

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/ES atuou, no exercício de 2012, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada pelos programas e ações de governo de sua incumbência.

ERIVELTON LEÃO DE OLIVEIRA

Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/ES